

Nota do Organizador: Pela crise política e financeira em 1965, a equipe do MEB não conseguiu completar este trabalho.

ESQUEMA DA FUNDAMENTAÇÃO DO PROGRAMA PARA 1965

1ª Parte: Estudos Sociais

1. Estruturas e tendências da sociedade brasileira

1.1 Cultura, integrações culturais, Cultura Popular (disponível)

1.2 Estrutura social (disponível)

1.3 Estrutura econômica

1.4 Estrutura política

1.5 Subdesenvolvimento e desenvolvimento (disponível)

2. Relações de produção e consumo

2.1 Formas de trabalho e relações de trabalho, no campo e na cidade

2.2 Direitos do trabalho e legislação trabalhista

2.3 Produção e consumo: leis de mercado e inflação

3. Potencialidades econômicas: fatores, planificação e industrialização

2ª Parte: Promoção Humana

1. Conscientização (disponível)

1.1 O Homem

1.2 O Trabalho

1.3 Comunicação

1.4 Meios de comunicação

1.5 Os condicionamentos culturais

1.6 O Homem e os meios de realização

1.7 A realização da pessoa na família

1.8 A realização da pessoa na sociedade

2. Organização (disponível)

2.1 Função social do trabalho

2.2 Cooperação: organizada e não organizada

2.3 Cooperação econômica

2.4 Ação política

MOVIMENTO
DE
EDUCAÇÃO
DE
BASE

FUNDAMENTAÇÃO
DO PROGRAMA PARA 1965
1ª. parte:
ESTUDOS SOCIAIS
1.1 - C u l t u r a

1.1 Cultura

Neste item abordaremos Cultura sob os pontos de vista filosófico e antropológico. Estudaremos, também, os processos culturais e o que entendemos por cultura popular.

1.1.1 Conceito de Cultura na Filosofia

A cultura se distingue da natureza e a ela se opõe: esta é sua caracterização inicial. A natureza exprime o que é dado ao homem; a cultura, o que é feito por ele. Por outro lado, o mundo cultural não se opõe, estáticamente, ao mundo natural, mas é sua transformação dialética em mundo humano. Enquanto o homem nega, pela "praxis", o mundo natural como mero dado ou em-si, ele o afirma como mundo cultural, ou seja, transformando para-o-homem.

1º) Há, pois, dois aspectos no conceito filosófico de cultura :

a) aspecto subjetivo (que é o espírito subjetivo da cultura) que exprime a cultura como processo de desenvolvimento do sujeito que edifica o mundo cultural: seja o indivíduo, em grupos sociais mais vastos (nações etc), seja a humanidade, que tende a constituir um sujeito cultural universal.

b) aspecto objetivo (que é o espírito objetivo da cultura) que exprime a cultura como processo de desenvolvimento do mundo a ser transformado pela "praxis" humana, ou a sua humanização: são as " obras culturais" que constituem o mundo-do-homem-e-para-o-homem, em permanente evolução.

Em seu aspecto subjetivo, a cultura se desdobra, por sua vez, em duas dimensões que partem de uma única origem, a saber, do ato de transformação dialética do mundo:

. dimensão de consciência, que é a especificação humana da cultura em termos de idéias, valores, projetos (religião, filosofia, ciências, arte, política...);

. dimensão do agir, que é a especificação humana da cultura em termos de instrumentos e técnicas de transformação do mundo (normas de convivência, leis positivas, ciências aplicadas, instrumentos de trabalho...).

Podemos, a partir destes elementos, formular uma definição: " A cultura é o processo histórico (e, portanto, de natureza dialética) pelo qual o homem, em relação ativa (conhecimento e ação) com o mundo e com os outros homens, transforma a natureza e se transforma a si mesmo, construindo um mundo qualitativamente novo de significações, valores e obras humanas, realizando-se como homem neste mundo humano" .

2º) Propriedades da Cultura

a) A Cultura é histórica. A iniciativa humana que cria a história é, precisamente, a cultura. A história não é mais do que o desenvolvimento do processo pelo qual se opera a passagem dialética da natureza em Cultura, ou seja, do mundo natural em mundo humano. Logo,

uma cultura a-histórica, é um contra senso. Entretanto, sendo o homem sujeito da História, por ser o criador da cultura, as formas históricas das criações culturais devem situar-se na linha das exigências de realização do homem. Há valores essenciais que a cultura deve encarnar nas situações históricas infinitamente variáveis. Por exemplo, os direitos da consciência trazem, em si, uma exigência de encarnação histórica, justamente por serem valores constitutivos do ser-humano (senão a cultura é desumanizante e alienante). Uma determinada cultura histórica é autêntica quando permite a encarnação de tais valores e, portanto, a construção de um mundo-para-o-homem. Nesse caso, a cultura torna-se a expressão autêntica da consciência histórica real do homem (do grupo, da nação, da época).

b) A cultura é social. Com efeito, a própria sociedade situa-se na linha do processo cultural, como elemento essencial de mediação entre as consciências (aspecto subjetivo da cultura) e como elemento essencial de unificação das obras culturais, por meio de um conjunto de significações que podem ser apreendidas pelos indivíduos que constituem o corpo social (aspecto objetivo da cultura). Assim, a cultura só tem sentido e validade enquanto processo de comunicação das consciências. O mundo cultural, como mundo humanizado, sendo mundo-para-nim é mundo-para-o-outro. Na medida em que esta comunicação se institucionaliza num conjunto de significações, valores, projetos, instrumentos ideais (ex: leis etc...) ou materiais (ex: técnica) temos, precisamente, a sociedade. O indivíduo isolado, evoluindo por "bondade natural" para realizar-se como homem (Rousseau) é um mito. A cultura é autêntica, quando sua dimensão social se desdobra plenamente, isto é, quando suas significações e seus valores podem ser comunicados em sua plenitude a todas as consciências (do grupo, da nação, da época).

c) A cultura é pessoal. A dimensão da consciência impõe à cultura um caráter inalienável de criação humana. Ela é, por excelência, iniciativa de liberdade, enquanto supera o determinismo da natureza. Logo, a comunicação das consciências, que se deve estabelecer pela mediação da sociedade como suporte fundamental das iniciativas e das obras culturais, só pode ser entendida na forma de livre apelo à realização da pessoa, ou seja, à aceitação ativa e livremente consentida das significações, dos valores e ideais do mundo cultural em que o indivíduo se insere. Só enquanto pessoal, a cultura é mediadora da libertação, isto é, de aprofundamento da consciência-de-si, de passagem do homem "coisa e objeto" (natureza) para o homem "sujeito e pessoa" (história). Como pessoal, a cultura, é pluralista. Toda tentativa de nivelamento ideológico, de humanização violenta, faz da cultura instrumento de dominação e alienação e não de libertação e realização.

d) A cultura é universal. Pelo conteúdo humano de suas significações (aspecto subjetivo) e pela destinação humana de suas obras (aspecto objetivo), o processo de criação da cultura é essencialmente universal, isto é, ele tende, em princípio, a constituir-se em elemento de mediação entre todos os homens. Sendo a consciência de si a mesma no tempo consciência universal (pois para refletir a si deve distinguir-se de tudo o mais...), a cultura, como aprofundamento da consciência de si, deve propiciar a abertura das consciências a um plano de universalidade crescente. Assim, todo valor cultural autêntico é in-

tencionalmente universal, isto é, destinado à realização do homem como consciência em si, como "ser universal". Esta universalidade da cultura não é, entretanto, abstrata, mas concreta, pois que é, historicamente, encarnada. Assim, a universalidade concreta, que torna autêntica uma cultura, reside na possibilidade efetiva da comunicação de suas significações, de seus valores, ideais e obras, a todas as consciências que vêm a encontrar-se no âmbito da presença do mundo cultural em questão. (Assim, a vertiginosa universalidade abstrata dos sistemas metafísicos da Índia tendia a justificar, de fato, uma profunda divisão de consciências numa sociedade de castas) É como intencionalmente universal que a cultura deve ser dita popular.

NOTA: Esta parte - Conceito Filosófico de Cultura, foi transcrita da Fundamentação de "Viver é Lutar", aproveitando-se as idéias do Pe. Henrique Vaz SJ.

1.1.2 Conceito de Cultura na Antropologia

A atividade criadora é aquela, através, da qual o homem expressa sua forma própria de ser existente no mundo. Esta atividade criadora, em um primeiro nível de relações, se realiza através do conjunto de ações em que transforma coisas da natureza em objetos de cultura. A casa, a roda, o papel, a máquina, são alguns destes objetos, que, em maior ou menor grau de elaboração, representam a resultante do esforço humano, continuamente envolvido na tarefa de integrar coisas do meio ambiente, no mundo do homem. É através desta interação constante, com o seu meio natural, que o homem se apresenta como criador e transformador, neste primeiro nível, de elementos culturais elaborados a partir do material fornecido pela própria natureza, ou a partir de outros elementos culturais mais simples e anteriormente criados. A solução de algumas de suas necessidades fundamentais, provoca, geralmente, a emergência de outras necessidades e problemas mais complexos. É este o processo básico, através do qual a cultura está sempre se renovando.

Mas, se podemos apontar os objetivos materiais como elementos de cultura, podemos, também, afirmar que não só eles constituem toda a cultura do homem. É em sua condição de ser social que o homem realiza a cultura. Integrado em grupos sociais, definidos segundo características determinadas, o homem se faz agente da cultura, criando e transmitindo a outros homens os elementos criados. A própria estrutura social é expressa e modificada, através do tempo, como forma de cultura. A família, as relações mantidas pelos membros da família segundo a posição que ocupam; as formas de comunicação social; as estruturas políticas; os sistemas econômicos; o trabalho, as formas que assume, o significado que lhe atribuem, as estruturas que os grupos se impõem por realizá-los, os elementos enfim, através dos quais se caracteriza a condição social de um grupo, de um povo, são expressões de um outro nível cultural, necessariamente presentes em qualquer sociedade.

A essa mesma condição social em suas múltiplas expressões culturais, à circunstância, própria ao homem, de ser transcendente ao mundo em que realiza a sua cultura, corresponde um conjunto de símbolos de que ele se arna para comunicar-se em todos os níveis. Corresponde, tam-

bên, através da explicação do significado destes símbolos, o estabelecimento e a evolução das significações que ele dá a si mesmo, aos outros homens, ao seu meio natural e à sua cultura.

É próprio do homem criar e integrar em sua cultura; além de objetos materiais, além das técnicas, através das quais as criações se renovam; além das manifestações culturais de sua atividade associativa; as significações dadas a estes objetos e acontecimentos, através dos quais justifica e expressa sua existência, seus atos, seus temores e suas esperanças. Neste terceiro nível cultural, encontram-se, por exemplo: as normas de conduta, os sistemas através dos quais se procura fazer a justiça - as crenças e os mitos -, as criações puramente artísticas e os sistemas de pensamento.

A cultura se compreende pois, como o conjunto integrado de criações em que o espírito humano se expressa e objetiva, em busca da resolução de seus problemas e tendências pessoais e sociais. Nos três níveis básicos em que nos é possível dividi-la - nível adaptativo, nível associativo e nível ideológico (aqui no sentido de nível mental) - cabem, dentro da cultura: os objetos materiais, as construções, os instrumentos de trabalho, as máquinas, as técnicas de transformação da natureza, as várias formas de esportes, as criações artísticas, as estruturas e normas sociais, a organização política, os sistemas jurídicos, o idioma, as crenças, os sistemas filosóficos, todos os símbolos e sinais, as cerimônias, os ritos de passagem, as tradições, as ideologias e as formas pelas quais se expressam as religiões. A cultura é, assim, toda a expressão da atividade criadora humana, sempre intencional e participada por todos os homens, enquanto membros de sociedades. E, como tal, é construída por coisas e acontecimentos reais, objetivos, passíveis de observação direta e indireta. Localiza-se, portanto, nestas coisas, nestes acontecimentos, no tempo e no espaço. Dentro das pessoas, na forma de crenças, de emoções e reflexões culturalmente determinadas; dentro de todos os processos básicos de comunicação e, finalmente, dentro dos objetos materiais.

Como características fundamentais, através das quais a cultura se destaca como realidade específica, sabemos que ela é: a) transmissível de uma a outra geração, pelo convívio social e através da aprendizagem, não por herança biológica, como por exemplo: a cor da pele ou a altura das pessoas; b) uma atividade exclusivamente humana; c) um conjunto integrado de criações; não um acúmulo desordenado de elementos materiais; d) uma classe de coisas e acontecimentos dependentes de simbolização e considerados dentro de um contexto extra somático.

Se estas tendências e exigências humanas estão presentes em todas as pessoas, por serem inerentes à sua própria essência, podemos então afirmar que, não há indivíduos que não participem da cultura. Se estão presentes em todas as pessoas, estarão, necessariamente, em todos os grupos sociais de que elas fazem parte. Neste sentido, podemos afirmar que não há grupo social sem cultura.

Na consideração do fenômeno cultural, é importante destacar seus elementos e seus processos, através dos quais a cultura se estrutura, se transmite e se modifica.

Os elementos culturais:

- . Traços culturais: é a menor unidade a que a cultura se pode reduzir.
- . Complexos culturais: é todo o conjunto de traços estruturados em torno de uma atividade básica.
- . Padrões culturais: são as orientações básicas, dominantes e significativas em uma determinada cultura.
- . Áreas culturais: são regiões que se aproximam pela similitude evidente de traços e complexos culturais.

Tomemos o acontecimento MUTIRÃO, enquanto forma de trabalho coletivo, e tentemos uma ligeira análise de seus elementos, a partir do que vimos como características da cultura.

Um conjunto de homens, trabalhando a terra, representa uma atividade criadora. Sobre uma determinada extensão de elementos naturais, estes homens exercem uma atividade intencional. Têm um objetivo e trabalham, segundo determinadas técnicas, que aprenderam e que devem promover o aparecimento do objetivo que os levou ao trabalho. O campo se modifica, a natureza se transforma; abate-se a mata, limpa-se a terra, ara-se o chão, os sulcos são feitos, o solo adubado e depois semeado. Como instrumentos de trabalho os homens que participam de um mutirão, possuem foices, enxadas e arados, feitos de determinadas maneiras definidas, segundo o objetivo que a eles se dá. Eis alguns objetos constituintes do que temos chamado elementos materiais da cultura. As coisas foice, enxada ou arado - constituem estes objetos materiais. As técnicas, através das quais se usa a enxada e se trabalha com o arado, a forma objetiva padronizada como se ara e aduba, semeia e colhe, são acontecimentos de onde tais elementos materiais se originam.

Os participantes do mutirão associaram-se como um grupo social. Não só agem em função de objetivos comuns, como também regulam essa ação mediante um conjunto de normas, de tradições, de costumes. Ocupam postos distintos, comunicam-se de formas determinadas, esperam que aconteçam certas coisas, que tradicionalmente ocorrem em tais circunstâncias. O comportamento destes homens pode ser previsto por quem os conhece, de vez que são culturalmente determinados.

Quando se falam, usam palavras de um idioma comum. Através delas se entendem, e com elas se referem às coisas e aos acontecimentos. Cada palavra deste idioma pode ser tomada como um traço cultural. O idioma, como um todo, constitui um complexo cultural.

Durante o mutirão, os homens cantam, por exemplo, uma determinada canção em que narram uma estória, um mito, ou em que descrevem o que estão fazendo. A canção, sua forma, seu conteúdo, mesmo a maneira como é cantada, constituem também elementos de cultura.

O mutirão, como um todo, pode ser considerado como um complexo cultural. Cada um dos elementos que o constitui, é, em referência a ele, um de seus traços. A roupa que os homens usam, a maneira como cavan, os instrumentos com que trabalham, as canções que cantam, a estória destas canções, são traços de um mesmo complexo cultural. Há pa-

drões culturais que se podem destacar da unidade de comportamento adota da por todos os participantes do mutirão e se fazer notar através de todos os seus gestos, atitudes e atividades pessoalmente realizados; sendo, cada um dêles, socialmente aceito e culturalmente determinado. Os elementos culturais presentes no complexo cultural, mutirão, estão todos integrados. Não se trata de coisas e acontecimentos sem relação qual quer uns com os outros. Trata-se de processos e resultados dêstes processos ligados entre si, o suficiente, para serem compreendidos como partes de um mesmo todo cultural.

Os homens, que participam do mutirão, fazem-no livremente, porque acreditam em certos fatos. Achan, por exemplo, que os homens se devem ajudar, uns aos outros. Acreditam que o trabalho é necessário a todo o homem. Julgam que unidos podem realizar, em menos tempo, mais trabalho. O conjunto destas crenças pode-se compreender, também, quando explicitados, em palavras ou nas atividades em que o mutirão se expressa, como elementos culturais.

Em termos globais, compreendemos como áreas culturais aquelas que, mesmo independentemente de proximidade geográfica, apresentam um número razoável de complexos culturais identificados, claramente, como semelhantes.

1.1.3 Os processos culturais

A cultura se apresenta, sempre, como realidade objetiva posta em movimento, em mudança constante, em tôdas as formas porque se expressa:

- a) os objetos, que são elementos materiais da cultura, como um vaso de barro, a aparelhagem necessária à irrigação de um campo de arroz, etc;
- b) os símbolos e combinações significativas dêstes símbolos, como as palavras de um sistema linguístico, alguns cantos e contos de um povo - em que as palavras dêste sistema se organizam, um conjunto de leis e normas, os mitos, algumas crenças, a globalidade de elementos com que determinado grupo social reflete o mundo e justifica sua conduta;
- c) os acontecimentos de que estas coisas se originam, e em que se modificam, como o trabalho de um artesão, a atividade padronizada através da qual se fazem bonecos de barro, ou objetos de couro;
- d) as formas sociais pelas quais os homens organizam e estruturam os elementos de sua dimensão social, como a família, a comunidade e o grupo pôsto em trabalho comum no mutirão.

1º) A forma de um vaso de barro, por exemplo, pode ser modificada ao passar de um a outro grupo social, ou mesmo dentro de um só grupo, na passagem de uma a outra geração. Em alguns casos, pode modificar até mesmo a sua função, modificando, também, o seu significado específico. O mesmo vaso que, numa cultura ou em uma época, é utilizado como recipiente de água, pode, em outra cultura, ou na mesma cultura, em outra época, tornar-se objeto de decoração. Num terceiro grupo social, o mesmo vaso pode ser pôsto a serviço de atividades religiosas, e, como tal, entendido como objeto sagrado.

2º) A aparelhagem necessária à irrigação de um campo de arroz trans

forma-se com o surgimento de um novo instrumento. Este novo instrumento tanto pode ser criado por algum membro do próprio grupo, onde o aparelho é usado tradicionalmente, como pode ser trazido por algum membro de outro grupo.

3º) As palavras de um sistema linguístico estão em constante mudança: em sua forma, em sua função, em seu significado. Elas emigram de um a outro povo. Juntam-se a outras e com elas formam novas palavras. Renovam-se. Desaparecem durante longo tempo e surgem, mais tarde, com uma nova função lógica. Perdem-se. A observação de dois textos - um em português atual e outro em português medieval - é suficiente para deixar clara a evolução da língua nacional, como um sistema em mudança contínua.

4º) Alguns contos e cantos de um povo desaparecem com o correr do tempo. Outros são modificados aos poucos, por exemplo, se o grupo social passa a ter uma nova economia de subsistência; se passa a viver do cultivo do milho e não mais da caça e da pesca; se é deslocado de uma zona próxima ao mar para uma outra distante dele, situada em vales dispostos ao longo de montanhas.

5º) Um conjunto de leis e normas, vigente em determinado grupo social, modifica-se também, geralmente, adaptando-se a novas situações sociais, ou explicitando suas partes. Quando um grupo é pôsto em contato com outro, suas normas de comportamento podem ser influenciadas ou influenciar normas do outro grupo.

6º) Os mitos, algumas crenças, o conjunto de elementos com que determinado grupo social reflete o mundo e justifica a sua conduta, sofrem todos a mesma mudança; ao passarem de uma a outra geração, de um a outro povo, ou numa mesma geração de um mesmo povo, modificam-se de qualquer forma através do próprio uso, através da difusão de seus elementos pelos diferentes membros do grupo. Cada pessoa contribui mesmo com sua parte de novas descobertas favorecendo aos poucos o desaparecimento de alguns elementos de credibilidade, e a emergência de outros.

Necessariamente, os acontecimentos em que estas coisas se originam e que as modificam são também êles processos contínuos: as técnicas de irrigação, as maneiras de narrar os velhos contos, as formas de comportamento dentro da família ou dentro do grupo, a reação provocada pelo estabelecimento de novos padrões de conduta.

É próprio da cultura estar em mudança contínua através de todos os seus elementos: do sinal que se faz no chão ou nas árvores, como indicação de um caminho a seguir, aos valores espirituais, também êles sinais dados às consciências, e nisso indicadores de runos.

A História mostra, claramente, a existência de direções determinadas na evolução cultural dos povos e de toda a humanidade. Cada objeto que sofre, individualmente, uma mudança qualquer, pode ser compreendido como um traço em movimento, inserido num plano maior, num complexo cultural que também se modifica. Este complexo cultural faz parte de toda uma cultura que, através da modificação de seus elementos, pode ser também entendida como uma realidade que se transforma continuamente, evoluin

do. É a êsse processo de mudança cultural, constante e orientado, que se dá, comumente, o nome de progresso.

Enumeramos, abaixo, alguns dêstes processos, os que são realmente mais importantes, e dos quais se originam os outros, todos responsáveis pelo complexo das mudanças culturais, das quais, finalmente o homem, também, aparece como agente.

- . Transmissão: a passagem, mediante aprendizagem sistemática ou assistemática, de elementos culturais de uma para outra geração, dentro de um mesmo grupo social.
- . Aculturação: a troca de elementos culturais, através da passagem de traços, complexos e padrões de uma para outra cultura, quando postas de alguma forma, em contacto.
- . Difusão: a accitação de determinados elementos culturais recém-criados dentro do próprio grupo, ou importados de um outro, de uma outra cultura.
- . Continuidade: a permanência de traços, através dos seus elementos de fixação, pelos quais as gerações se comunicam ou se ligam.
- . Deculturação: o desaparecimento progressivo de traços antigos em função do aparecimento de outros, mais recentes.
- . Integração: a harmonização, através de mecanismos organizadores, dos diversos traços de uma cultura.
- . Retardamento: uma disritmia na acumulação e integração de elementos culturais, favorecendo o desenvolvimento, acelerado, de alguns traços ou complexos, frequentemente, em detrimento de outros.
- . Invenção: a resultante de uma nova combinação de elementos já existentes em determinada cultura.
- . Descoberta: uma aquisição nova no campo do conhecimento. O aparecimento de um novo elemento cultural em seu sentido mais pleno.

É através dêstes processos, numa ação conjunta, sempre integrada e tendo o homem como sujeito, que as várias culturas se modificam. Neste sentido, como estrutura organizada e em processo, a cultura como atividade humana específica, evolui, progride e organiza-se em formas mais acabadas e complexas ao longo da História.

1.1.4 Cultura Popular

É um fenômeno histórico que surge em sociedade onde há um desnível cultural entre os diversos grupos que a compõem; onde grande parte da população não tem uma participação ativa seja no plano cultural, social, econômico ou político. Com isto, não queremos dizer que todos devem tomar parte ativa nas mesmas atividades em um mesmo nível, ou que se deva padronizar ou uniformizar a participação de todos e de cada membro na sociedade. Não é isto, é claro. Para nós, um trabalho de Cultura Popular surge também, da consciência dessa marginalização e da necessidade de libertação de um contingente humano que vive à margem do processo cultural.

A Cultura Popular surge como consequência do processo de mudança social. Assim sendo, pretende a participação de todos na elaboração da cultura da sociedade em que vivem, bem como, e principalmente, na apre

ensão e na criação do sentido da cultura, isto é, do que a cultura significa para os homens dessa sociedade. A Cultura Popular, portanto, está vinculada a uma ação que não pode estar desligada do povo, isto é, dos grupos sociais que, por condicionamentos econômicos, políticos e sociais - e especialmente por condicionamentos culturais - estão marginalizados da cultura (Fundamentação de "Viver é Lutar").

Como vemos, a Cultura Popular; quando é comunicável ao povo, isto é, quando suas significações, seus valores, ideais e obras, são destinados, efetivamente, ao povo e respondem às exigências de realização humana desse povo, em determinada época; responde, em suma, à sua consciência histórica real. E é também como universal que a cultura é na - cional: enquanto integra as consciências dentro da nação, no plano de sua realização humana, e as situa, assim, na linha do movimento histórico essencial de universalização efetiva e de criação de uma cultura para todos os homens." (Pe. Henrique Vaz).

Como a integração de todos os homens na mesma cultura, vincula-se a uma transformação dos padrões econômicos, políticos e sociais, a Cultura Popular está também vinculada à realização de um projeto histórico que pretenda aquelas transformações. Um projeto histórico condizente com uma cultura elaborada e participada por todos. Um projeto que possibilite a todo o povo assumir o seu papel de criador e sujeito de cultura da sociedade em que vive.

Sendo assim, pode-se dizer que Cultura Popular não é um fenômeno neutro, indiferente. Ao contrário, nasce de um conflito e nêle desemboca, pois ela existe e se apresenta sempre em termos de libertação, de promoção humana, no sentido mais amplo. Donde se conclui que não é possível um trabalho de Cultura Popular desligado do processo de conscientização. E, por estar ligada a êste processo é que ela deve levar sempre a uma opção. Deve dar possibilidades de opção ao povo, embora não possa impor essa opção, porque ela deve ser encontrada pelo próprio povo. Esta opção decorre da plena consciência que o homem adquire das diferenças e desníveis entre os grupos que formam a sociedade e da necessidade de uma transformação dos padrões culturais, políticos, sociais e econômicos que os determinam.

BIBLIOGRAFIA PARA APROFUNDAMENTO DÊSTE ITEM

- 1- Leslie A. White - Conceito de Cultura, Série B, apostila 1- MEB.
- 2- Irene M. de Carvalho - Introdução aos Estudos Sociais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1964.
- 3- D. Cândido Pádum, OSB- Educar para um Mundo Novo, Col. Educar para a Vida, Cad. 6, Ed. Vozes, Petrópolis, 1965.
- 4- Felix H. Keesing - Introdução Cultural, Fundo de Cultura, Rio, 1961.

DOC 5/32
Osmae / Leediuh

MOVIMENTO
DE
EDUCAÇÃO
DE
BASE

FUNDAMENTAÇÃO
DO PROGRAMA PARA 1965
1ª. parte:
ESTUDOS SOCIAIS
1.2 - Estrutura Social

1.2.0 - Estrutura Social

Estrutura é a armação de alguma coisa. Aquilo que sustenta um organismo, um prédio, um caminhão. Cada coisa tem sua estrutura. O organismo humano tem o esqueleto como estrutura, um prédio tem os fundamentos e as vigas mestras que o sustentam de pé. Um carro tem o chassi sobre o qual ele é montado. São suas estruturas próprias.

Assim, toda a estrutura tem uma porção de partes que quando se juntam formam um todo onde alguma coisa pode se sustentar. O esqueleto tem diversas partes assim como a estrutura de um prédio tem as partes dos alicerces e as partes do teto, das colunas, etc... Podemos entender que uma estrutura, qualquer que seja, contém diversas partes ordenadas para formar um todo, um conjunto, uma unidade.

Que seria então uma estrutura social? É uma estrutura que diz respeito à sociedade dos homens; o modo como eles se organizam para viver melhor, porque ninguém pode viver sozinho. É social porque se refere a uma porção de homens, a uma porção de grupos humanos que formam o "todo" social. A sociedade humana tem uma unidade, mas tem também uma porção de partes que se organizam de certa forma - a estrutura social - , sustentando a unidade do grupo humano.

Como se trata de homens, as estruturas não podem ser materiais como as da casa, do caminhão, etc. São estruturas próprias da sociedade dos homens. Tem que estar marcadas com qualidades que são humanas.

Ora, o homem tem, fundamentalmente, várias qualidades que o distinguem das outras coisas: a consciência racional (inteligência e vontade), a liberdade, a afetividade, a capacidade de compreender as coisas e de dar nome a todas elas, quer dizer, de dar significado que só valem para si e para seus semelhantes e a capacidade de poder sobre as coisas; quando ele tem uma pedra, ele pode fazer uma estátua ou picá-la em pedacinhos: exerce seu poder sobre a pedra.

Então já podemos ver que as Estruturas Sociais têm que respeitar exatamente essas qualidades para serem "sociais", quer dizer humanas. As Estruturas Sociais têm que refletir:

- . a consciência racional (inteligência e vontade);
- . a liberdade humana;
- . a afetividade do homem - o amor;
- . a capacidade de dar significado às coisas e de comunicar esses significados a todos;
- . o exercício do poder humano sobre as coisas, sobre a sociedade e sobre o próprio homem.

Além disso, como o homem é também um ser biológico, tem todas as atividades e funções dos seres vivos: nascer, crescer, comer, assimilar, reproduzir-se, viver um tempo a plenitude e tudo isso e depois entrar num processo de desassimilação (de perda) e tender para a mor-

te e para o desaparecimento físico. Todo ser vivo se distingue dos não vivos porque é capaz de tirar do meio em que vive o que lhe é necessário para crescer, reproduzindo-se, etc. Isso se chama processo de assimilação. Uma planta assimila da terra os elementos que precisa para viver. Um animal assimila do que come a energia necessária para continuar vivo. Mas todos têm um limite. Quando passa a perder mais do que recebe, começa a envelhecer, caminha para a morte. As estruturas dos agrupamentos humanos têm que levar isso em conta. Têm que conjugar essas funções que são de todos os seres vivos com aquelas capacidades e qualidades, que vimos acima, que são somente dos homens.

Vimos o que as estruturas sociais têm que respeitar nesses dois planos: o das qualidades e o das condições biológicas do homem. Mas isso não existe separado, uma coisa lá outra aqui, existe junto, numa mesma pessoa, num mesmo grupo humano, e ao mesmo tempo.

Por isso temos que ver duas coisas:

- 1º o que sustenta as estruturas sociais e
- 2º as formas como essas estruturas nos aparecem.

1.2.1 - Fôrças que sustentam as Estruturas Sociais

Vimos que essas estruturas que nos referimos são humanas. Mas nem por isso são todas boas, todas respeitando a natureza do ser humano. Sendo assim, é necessário um trabalho que torne os homens conscientes disso para que toda sua ação seja num sentido de melhorar cada vez mais as estruturas da sociedade em que vive. Mas, já existem uma porção de normas, valores, costumes que têm vigência na sociedade dos homens e que são as fôrças que as sustentam. Por que isso? Porque a sociedade dos homens não pode ser sustentada só pelas coisas materiais. E as normas, os valores, os costumes são escolhidos e adotados pela sociedade dos homens como meios de regular sua vida social. Elas representam uma atuação da liberdade humana, quer dizer, os homens escolheram-nas para si livremente. Entretanto, essas normas, êsses costumes, êsses valores permanecem na sociedade e, muitas vêzes, o que era bom num determinado tempo, deixa de ser bom, embora continue existindo. Então, as normas e valores passam a ser elementos de opressão para o homem, ou para grupos de homens numa sociedade. É por isso que se deve ter consciência bem clara para reconhecer se as normas e valores que regulam nosso comportamento social são ainda válidas para o homem que vive nos nossos tempos. Se forem válidas, devem ser conservadas, se não forem válidas, deverão ser mudadas. Essas fôrças estão contidas mais diretamente nos valores. Vejamos como cada uma pode ser explicada:

. Valores: São escolhidos para regular a atitude dos homens. Podem ficar atuando conscientemente ou inconscientemente. Por ex: Amar os pais e os filhos é um valor; ser livre para fazer o que quiser é outro valor; respeitar os outros é também um valor. Isso tudo vai aparecer através dos costumes e normas que a sociedade adota. As diferenças entre si são apenas de graduação.

. Costumes: são modos de agir socialmente aprovados. Quando um homem vai à escola ele se comporta de um modo próprio. Quando vai a uma festa, se comporta de outro modo. Se fala com seu pai se comporta de modo diferente daquele com que fala com seu filho. Os costumes são diferentes para cada ocasião.

. Normas: são os mesmos modos de comportamento social mas já totalmente aceitos e que são ensinados na sociedade como coisas a serem observadas mais rigidamente. São necessariamente obrigatórias.

. Contrôle Social: é o resultado da observância ou não observância de tudo isso que fica estabelecido. Se alguém não se comporta de acordo com os costumes e as normas da sociedade, vai sofrer punições e repreensões por parte dos outros elementos de seu grupo. Com isso se estabelece um "contrôle" social sobre as ações de cada pessoa e de cada grupo. Quer dizer, há aprovações e reprovações maiores ou menores, conforme o tipo de ação estiver mais ou menos de acordo com o que a sociedade esperava.

Coerção: é um tipo de controle social muito rígido que a sociedade impõe a uma pessoa ou a grupo social.

. Lei: é uma norma social, um comportamento que é exigido de todos e que, quando não aceito, provoca uma coerção muito forte. Essa punição, que pode ser moral, física ou simplesmente social, já é determinada anteriormente. Quer dizer, se alguém rouba, deve ser punido; se mata, deve ser punido com prisão etc...

. Religião e Moral: (aqui, nos referimos apenas ao caráter social da Religião e da Moral; não é uma consideração sobre a fé). Todos os grupos humanos têm manifestações religiosas, quer dizer, aquelas que expressam suas relações com Deus ou com as coisas divinas. Em geral, estas manifestações dizem respeito às reações que o grupo humano tem face a alguns fenômenos que não são totalmente compreensíveis para ele: a morte, a vida futura, a sua origem, o mal, etc. Vejamos qual a diferença entre ato religioso e ato moral.

a) Ato Religioso é aquele que expressa claramente uma relação com Deus ou com as coisas sagradas. Por ex: missa, sacramentos etc.

b) Ato Moral é aquele que expressa um julgamento sobre as coisas que o homem faz, sobre seu relacionamento com os outros homens. Por ex: ajudar os outros é bom; roubar é mau; odiar o próximo é mau.

Muitas vezes as coisas da Religião e da Moral são meios de controle social. Um mesmo ato pode ser entendido de diversas maneiras. Ajudar um amigo pode ser entendido de três formas diferentes: é um ato religioso, enquanto expressa minha caridade, enquanto vejo nêlo uma imagem de Deus; é também um ato moral, porque é uma coisa boa; é ainda um ato simplesmente social, porque é aprovado pela sociedade em que vivo.

Tôdas estas coisas são os fundamentos da estrutura social. Porque nelas é que o homem mostra suas qualidades de homem, diferente das coi-

sas materiais e simplesmente vivas.

Podemos ver, agora, as formas em que se expressam estas estruturas.

1.2.2 - Formas em que aparecem as Estruturas Sociais

Até aqui vimos brevemente como os grupos sociais são sustentados por valores, normas, costumes etc. Podemos prestar atenção e notar que as formas em que estes grupos nos aparecem na sociedade são muito variadas.

Os tipos de grupos que se formam na sociedade são basicamente dois: o grupo primário e o grupo secundário.

O grupo primário tem as seguintes características:

. As pessoas vivem muito próximas e se conhecem em todos os seus aspectos. Convivem "face a face". Seu relacionamento implica afeição e compreensão e, em geral, há intimidade entre si. Isto pode se dar especialmente na família, nos grupos de amigos, nas associações pequenas, e, algumas vezes, em grandes associações nas com apenas alguns membros que se tornaram amigos.

. As relações econômicas, dentro deste grupo, não são as mais importantes. Nem as relações de organização ou de poder de decisão. Não há uma escala de quem pode ter mais ou menos autoridade.

O grupo secundário tem características bem diversas:

. As relações entre seus membros são de caráter associativo e têm sempre uma finalidade determinada. Pode ser uma associação com fins lucrativos, etc. Pode ser também uma associação para melhor conseguir defender os direitos de seus membros, como um sindicato, um partido político, um centro social, etc.

. As relações são cordiais, mas não são íntimas. O relacionamento é regulado mais pela finalidade que os membros buscam no grupo que pela amizade ou afeição que têm entre si. Há neste grupo uma série de normas de comportamento que regulam as ações das pessoas conforme o papel que exercem no grupo. Um é o presidente, outro é o contador, outro o vendedor, outro o secretário de um sindicato, uma pessoa pode ser um aluno e outra o professor. Cada qual tem seu comportamento determinado pela natureza do grupo. E a finalidade do grupo sempre será alcançada na medida em que os papéis forem melhor executados.

Os grupos primários e secundários podem aparecer na sociedade das mais diversas formas. Uma família será por natureza um grupo primário, com um relacionamento íntimo entre seus componentes. Mas ela poderá ser grande proprietária de uma fábrica ou de uma fazenda e por isso a apresentar também relações que são próprias de um grupo secundário, com

finalidade lucrativa. De modo que, qualquer separação que nós façamos tem sempre uma finalidade: a de estudar melhor as estruturas de cada grupo; não quer dizer que elas só podem aparecer assim. Na realidade, as relações, assim como os grupos, se cruzam, formando um complexo social. Este complexo social, para ser compreendido, tem que ser estudado por partes; nas essas partes dificilmente existem isoladas na realidade, como nós as consideramos, quando as estudamos. Por isso, vamos analisar algumas dessas formas de aparecimento dos grupos sociais sem pensar que eles só podem existir assim. Este será apenas um modo de estudá-los. Ainda aqui, falamos das formas em que as estruturas aparecem.

1ª FAMÍLIA

É um dos modos mais importantes de existência social e o mais estudado por todos os que querem conhecer bem as sociedades em que vivem. É um grupo primário por natureza. A convivência é muito íntima entre todos os seus membros, porque vivem na mesma casa, comem à mesma mesa e passam grande parte do tempo da vida juntos. Cria-se um relacionamento afetivo muito intenso entre os seus membros. A importância da família se faz cada vez maior porque ela desempenha ao mesmo tempo uma porção das funções sociais que são desempenhadas na sociedade pelos grupos maiores. Por exemplo, uma pessoa se socializa através da escola e de seu relacionamento com os outros, mas essa socialização tem início na família, desde que essa pessoa nasce.

Uma pessoa se integra no contexto cultural de sua comunidade através da sua família que vive nêsse contexto e pode exercer por seu intermédio uma atividade lucrativa, especificamente econômica, do mesmo modo como a exerceria em uma fábrica ou numa empresa. Por isso tudo, a família é o grupo social mais estudado. É nela que se processa de modo reconhecido como legítimo em quase todas as sociedades a perpetuação da espécie humana como ser biológico. A legitimação do ato sexual, um ato que envolve mais intimamente cada pessoa, é reconhecida universalmente quando realizado na família ou em função da família.

. Formas de Família - Em geral costuma-se dizer que a família tem duas formas principais - a família extensa, patriarcal ou matriarcal e a família nuclear, constituída só de pais e filhos.

Na sociedade brasileira há ainda um maior número de famílias patriarcais, quer dizer, aceitando morar juntos filhos e noras, filhas e genros, netos e sobrinhos. Mas o processo de urbanização, a concentração e um maior número de pessoas nas cidades grandes, vai tornando cada vez mais difícil essa forma de existência familiar. O que se vai tornando mais comum é a forma de família nuclear onde só pais e filho moram juntos. E onde o relacionamento afetivo fica restrito a um número menor de pessoas.

Em outras sociedades há outras formas de famílias: onde um homem pode ter duas ou mais mulheres; onde uma mulher pode ter mais de um

marido. Tudo isso é determinado ou condicionado pelo modo de vida que esses grupos adotaram como válidos para si e pelos meios de subsistência que podem conseguir.

. Funções da Família

- . a geração dos filhos;
- . a satisfação emocional, sexual e afetiva;
- . a educação e socialização dos filhos;
- . a aculturação, quer dizer, adaptar seus membros à cultura local;
- . função recreativa - há sociedades onde a recreação é função exclusiva da família;
- . função econômica, quando da estrutura familiar depende a subsistência econômica do grupo.

(Ver a este respeito algum livro de Antropologia, especialmente: R. Linton, "O homem", Uma Introdução à Sociologia).

2ª COMUNIDADE

É uma das formas mais comuns em que aparecem os grupos sociais e na qual as estruturas sociais são mais fáceis de serem estudadas.

A comunidade compreende, em geral, um grupo humano bastante grande, onde todas as funções da vida humana são exercidas em conjunto e onde todas as necessidades encontram seus graus de satisfação. Mas essas funções e necessidades são limitadas pela área geográfica onde o grupo vive.

Assim, uma comunidade tem uma configuração física determinada pela área onde ela se encontra. Isso é importante porque é da área geográfica que deverão sair os recursos materiais para a subsistência do grupo. Uma comunidade que vive no meio rural tem meios de vida bem diversos do que uma comunidade que vive num meio urbano já bastante desenvolvido. Os meios de comunicação, a alimentação e os modos de comportamento variam conforme as condições geográficas da área.

Do mesmo modo, a comunidade terá uma configuração psicológica. Seus modos de agir e suas atitudes vão variar conforme o padrão de cultura que a comunidade alcançou. Numa comunidade conscientizada e capaz de analisar todas as condições em que vive, a atitude dos grupos humanos que a constituem será de ação transformadora e de melhoria cada vez maior. Uma comunidade em que não há uma atitude de análise de suas condições, em que tudo é aceito de modo passivo, com uma visão conformista, não poderá progredir muito, nem ter atitudes de mudanças para melhorar sua situação.

Numa comunidade existem todas as funções necessárias à vida de um grupo humano. Algumas dessas funções podem ser mais desenvolvidas que outras, mas todas elas aparecem, de algum modo. Analisemos, a seguir, algumas das funções mais importantes.

a) Função econômica - É aquela que provê os recursos materiais do

grupo, o que êle pode produzir e o que pode consumir, assim como os modos como estas coisas são distribuídas entre o grupo.

b) Função política: Consiste no exercício do poder através das várias formas de autoridade criadas pelas sociedades no sentido de se manterem integradas e de decidirem seus próprios caminhos. A função política exercida diretamente em assembléias ou indiretamente através de mandatos faz parte da organização de qualquer grupo humano que define tipos de coação, de punição, formas de participação política, escalas de autoridade, obrigatoriedade de cumprimento de decisões, meios de definir e alcançar o bem comum.

c) Função religiosa - É a que reflete os modos como as pessoas da comunidade se relacionam com Deus e com as coisas divinas. Em geral, as funções religiosas são necessárias para o equilíbrio emocional do grupo humano, porque trazem uma certa tranquilidade em relação a alguns problemas que nunca encontram respostas adequadas, como os da morte, do mal, da origem do homem, os da vida futura, etc. Quando as funções religiosas são bem compreendidas e bem vividas pelo grupo pode-se dizer que há uma autenticidade religiosa na comunidade. Quando, porém, há exagero de crenças e rituais, a vivência do grupo se torna quase irracional. Isso pode acontecer com qualquer religião que não seja bem compreendida (Ver, sobre isto a explicação referente a MEB e Igreja, no Documento "MEB: sua Origem, sua Ação e seu Conteúdo" assim como a parte sobre Estruturas de Igreja. Consultar, também o livro "Sociologia Religiosa" Alain Birou).

d) Função recreativa - Compreende as atividades de lazer que se exercem em tempos mais ou menos determinados pelos grupos humanos. Numa tribo de índios, a luta pode ser uma recreação. Numa cidade grande, vai-se ao cinema, joga-se cartas, passeia-se. Nas comunidades rurais, há muitos jogos, muitas festas; cada comunidade tem suas festas típicas. Recreação não é só a atividade das crianças, embora sejam as crianças que por natureza necessitem mais de recreação. Toda comunidade tem estruturas recreativas e de simples lazer. Bordar e fazer cestos pode ser uma função econômica, mas pode ser recreativa também. Uma festa religiosa pode ter sua função religiosa e pode ter, também, uma função recreativa. Como dissemos antes, tudo se cruza, na realidade; só separamos as coisas para poder estudá-las melhor.

e) Função associativa - É exercida para satisfazer as necessidades de associação que o homem tem numa comunidade. Assim, embora a família seja o grupo principal em que quase tôdas as funções necessárias para a vida humana são exercidas, há necessidade de outros tipos de grupos para algumas funções específicas numa comunidade. Por exemplo, um sindicato representa a necessidade de associação de um grupo profissional para melhor exercer sua profissão e ser melhor compreendido pelos outros grupos. Pode haver sindicatos de pescadores, de lavradores, de operários etc. Mas há outros tipos de associação. O Partido Político é uma forma de associação que existe numa comunidade para que os grupos possam participar organizadamente do poder. Há partidos que representam certas classes sociais e outros representam outras classes, cada qual buscando realizar melhor seus interesses. Há também associações

de tipo econômico e com fins lucrativos como uma sociedade comercial, que compra e vende certas mercadorias. Há sociedades industriais que reúnem grande número de pessoas para produzir em conjunto outras mercadorias.

Há ainda muitas outras funções numa comunidade humana, seja ela grande ou pequena. Mas para nós, IEB, uma coisa deve ficar muito clara. Todas as comunidades, com suas funções, só têm sentido e devem ser respeitadas enquanto são realmente meios de realização humana. Desde que qualquer uma delas seja utilizada para oprimir o homem, perde seu sentido e deve ser mudada.

3º IGREJA

Pode-se perguntar, de início: A Igreja, como instituição divina, pode se enquadrar em determinadas estruturas, se ela comporta de fato alguma estruturação? Em que medida isso lhe é necessário? em que medida isso lhe é prejudicial?

Temos que notar duas coisas fundamentais:

- a) A Igreja é uma comunidade espiritual de todos aqueles que acreditam na Revelação e na Redenção pelo Cristo.
- b) A Igreja existe pelos homens, para os homens e deve respeitar as exigências que a natureza do homem pede para sua realização. A palavra comunidade, aqui, tem um sentido diferente do que foi usado antes. Usamos o termo comunidade de Igreja, agora, num sentido mais espiritual do que social.

Como uma comunidade visível, encarnada no mundo, a Igreja tem sua estrutura jurídica como outras comunidades. Neste sentido, ela é susceptível de mudanças e progresso. Do mesmo modo, como uma estrutura humana, perde sua razão de ser, quando não facilita a realização da pessoa, assim também, uma estrutura de Igreja pode perder sua razão de ser se não facilitar a comunicação da Graça, da palavra de Deus. Em outras palavras, como as estruturas humanas progridem com o desenvolvimento e se tornam mais complexas, para exercer determinadas funções e atender aqueles a quem elas se destinam, uma estrutura de Igreja, enquanto organização humana, pode ser modificada desde que seja para melhor comunicar o que Deus quis.

Mas, é em razão de sua origem e natureza que a Igreja difere das outras comunidades. Embora seja uma comunidade visível, hierárquica, é uma organização instituída por Cristo, com suas funções, sua estrutura e os poderes que a ela pertencem. "Na sua essência mais profunda, a Igreja é a presença permanente no quadro da História do mundo, do verbo de Deus feito Homem. Ela é a concretização histórica da vontade salvífica de Deus comunicada através do Cristo" (Karl Rahner, *Mission et Grâce*, vol. II, *Serviteurs du Peuple de Dieu*, NABE, 2e éd., France, 1963, p. 30).

1.2.3 Outras formas em que aparecem as estruturas sociais.

Além do que já vimos devemos tentar fazer compreender, com nossas aulas, que existem outras formas de estruturas sociais e que a medida em que uma sociedade progride, essas formas vão se multiplicando e se tornando mais complexas. Por isso é que uma pessoa da zona rural do país, quando vem a uma cidade grande, fica embaraçada. Porque ela não conhece todas as formas de relacionamento que aquela comunidade urbana utiliza. Ela vem de um meio mais simples e cujas estruturas são reduzidas a grupos primários, familiares, ou a associações e grupos secundários também muito simples. Um trabalho de conscientização deve levar a essas pessoas a idéia de que, por mais complicada que seja uma estrutura social, ela só tem razão de ser por causa do próprio homem, e que ninguém se deve sentir embaraçado só porque não conhece os meios de relacionamento social que outras comunidades ou outras regiões utilizam. Deve-se insistir muito nisso: o homem é o mesmo em qualquer circunstância; variam as formas de estruturação social, porque há concentrações de seres humanos que necessitam dessas relações. Mas nenhum tipo de relação, por mais complexa que seja, faz que um homem seja melhor do que outro, só porque as conhece ou porque vive numa comunidade que as adota. Todas as pessoas têm que ter consciência disso, para evitar, justamente, a formação de preconceitos de classes, de castas, de grupos étnicos, raciais etc. que são outras formas de manifestação de simples estruturas sociais. Nenhuma delas deve prevalecer sobre qualquer homem, quer seja de um meio onde elas sejam simples, quer seja de um meio onde elas sejam muito complexas. A única coisa que deve prevalecer, sempre, é o homem - a pessoa humana - sobre qualquer tipo de estrutura.

Vamos tentar colocar algumas explicações sobre cada uma dessas outras formas,

1º- CLASSES SOCIAIS: são constituídas por grupos de pessoas que, de maneira geral, têm a mesma situação econômica, os mesmos modos de comportamento, os mesmos valores e que por isso adquirem o que se chama, comumente, de "consciência de classe". Têm a consciência de estarem na mesma situação e por isso defendem o mesmo tipo de vida para seu grupo, estabelecendo diferenças "naturais" em relação a outros grupos. Pensam que a sociedade humana só deve se equilibrar de um determinado modo onde eles encontrem uma determinada posição bem assegurada. Assim, há diversas expressões de consciência de classe: a da classe latifundiária, a da classe dos grandes industriais, a da classe média, a da classe operária, a da classe camponesa etc.

Cada uma delas pode pensar que a sociedade humana devia se organizar desta ou daquela forma e que assim lhes caberia esta ou aquela importância nessa organização da sociedade. Com isso, cada classe expressa os interesses que tem para si e faz uma "ideologia" que passa a defender. Como já vimos, as classes são também estruturas sociais e nosso interesse deve ser a promoção do homem e não das estruturas. Essa promoção será cada vez melhor conforme for mais permitido a afirmação do homem em qualquer tipo de estrutura. Este problema é bastante con-

plexo. O que está aqui não diz tudo, por estar colocado de uma forma muito simplificada. Para um maior aprofundamento ver a bibliografia citada.

2º - CASTA SOCIAL: é também um agrupamento humano com as mesmas conotações anteriores, apenas mais agravado pelo fechamento do grupo em relação a outros grupos. Uma casta se fecha por motivos de preconceitos religiosos, raciais, culturais etc. Não permite a entrada de outros elementos, nem uma nobilidade de seus membros para outros grupos. Tem uma ideologia muito mais dura e inútil. Muitas vezes, uma casta é um meio que certos grupos utilizam para defenderem seus interesses e sua possibilidade de dominar outros grupos. É o caso das castas, ainda existentes em certos países, que dividem o povo em parcelas tão distintas que nunca se pode passar de uma a outra.

3º - RAÇA: é a diferenciação que se encontra nos grupos humanos, provenientes de caracteres essencialmente biológicos. Assim os negros, os brancos e amarelos são os três grupos raciais mais evidentes na sociedade dos homens. A diferença é só biológica quando se fala de raça sem ter nenhuma outra consequência cultural ou intelectual para a pessoa. Um negro americano viveria os mesmos padrões culturais americanos (não fosse a segregação racial) como qualquer chinês (raça amarela) que se integrasse na vida americana.

4º - GRUPOS ÉTNICOS: são também modos de vivência social, onde se acentuam especialmente alguns costumes e normas de caráter mais cultural, relacionados com a língua, costumes regionais, tipos físicos determinados por condições de clima, de região geográfica, etc. Assim, uma aldeia de pescadores no norte da Alemanha tem características bem diversas de uma aldeia de pescadores no nordeste do Brasil. Um povo de uma região como a Índia tem características diversas dos povos europeus e americanos, embora não sejam raças diferentes. As diferenças não são só biológicas, mas também culturais.

* * *

BIBLIOGRAFIA PARA APROFUNDAMENTO DÊSTE ITEM:

1. R. Linton - O Homem, Uma Introdução à Sociologia, Livraria Martins S/A, São Paulo.
2. A Igreja, Concílio Vaticano II, Constituição Dogmática Lumen Gentium Doc. Pont. 149, Editôra Vozes, Petrópolis, 1965.
3. Karl Rahner - Missão e Graça II Vol. Funções e Estados de Vida na Igreja - Editôra Vozes, Petrópolis, 1965.
4. Alain Birou - Sociologia Religiosa, Duas Cidades, São Paulo.

MOVIMENTO
DE
EDUCAÇÃO
DE
BASE

FUNDAMENTAÇÃO
DO PROGRAMA PARA 1965

1ª parte :

ESTUDOS SOCIAIS

1.5 Subdesenvolvimento e
Desenvolvimento.

1. SUBDESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO

"A humanidade cresce rapidamente, todo o mundo o sabe; mas poucos homens têm consciência da rapidez deste progresso e, poucos também, são os angustiados pelas conclusões que deste fato se deveria tirar" (Lebret, Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente? Duas Cidades, S. Paulo, 1960; p.22)

O problema que a humanidade tem que resolver é o da programação humana conjunta, atendendo a cada pessoa, a cada comunidade, a cada região, a cada país. É necessário dar uma resposta precisa a cada homem enquanto pessoa e enquanto membro de uma sociedade. No caso dos países subdesenvolvidos, essa resposta não poderá ser dada a altura se não vencermos alguns problemas do subdesenvolvimento. Ou melhor, esta resposta não será dada se não houver uma modificação grande de estruturas, de mentalidades, de valores... de tal forma que todos os homens e cada homem sejam reconhecidos como sujeitos.

Diante disso tudo, poder-se-ia perguntar: mas o que é o subdesenvolvimento? o que o caracteriza? Em um sentido lato, poder-se-ia denominar de subdesenvolvidos os países atrasados. Mas isso é muito vago. Preferimos dizer, então, que o que determina o subdesenvolvimento é sobretudo uma grande complexidade de problemas, dificultando a melhoria do nível de vida e a promoção do homem como pessoa, sobretudo nas camadas mais pobres e necessitadas da população. Essa complexidade é talvez uma das causas que mais dificulta um país atingir um certo nível de desenvolvimento, Como veremos a seguir, não é resolvendo problemas isolados ou mais imediatos que chegamos a superar o subdesenvolvimento. Como é sabido esse processo de superação tem exigências especiais que precisam ser ordenadas, hierarquizadas e planejadas. Com efeito, o subdesenvolvimento é caracterizado por vários fatores ou problemas que dificultam a plena realização do homem e da comunidade onde ele vive.

2. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO SUBDESENVOLVIMENTO

2.1 Dependência Econômica - Uma das características mais marcantes do subdesenvolvimento é a dependência econômica. Sem um mínimo de autonomia econômica, é ilusório falar-se de autonomia cultural e, de certa forma, também política. Os países que dependem economicamente de outros sofrem, sob

vários aspectos o peso da dependência econômica estrangeira. Por isso, o desenvolvimento econômico desses países nunca será apenas resultado de um progresso interno.

Essa dependência econômica se reflete, principalmente, através:

- a) do comércio exterior - em geral, os países subdesenvolvidos exportam para os países desenvolvidos os produtos brutos ou agrícolas, ou alimentícios (no caso do Brasil, por exemplo, o açúcar, o manganês etc.) e importam destes os produtos manufaturados (equipamentos, por exemplo).
- b) de uma situação deficitária em que vivem de um modo geral os países subdesenvolvidos. Tal situação é de certa forma, também motivada pela maneira como o mercado, importador determina os preços. Poder-se-ia dar como exemplo o café no Brasil, que equivale a mais de 40% de nossa exportação e apenas 0,4% da importação dos EEUU, cujo preço é estipulado por este último, o maior mercado comprador.
- c) da política econômica e social dependentes muitas vezes dos interesses de grupos ou firmas estrangeiras;
- d) da posição de destaque que ocupa o capital estrangeiro na economia dos países subdesenvolvidos. Dêle depende a importância e grande parte da especificidade das produções do país, assim como de sua situação de integração no mercado internacional (Yves Lacoste, Os Países Subdesenvolvidos, Difusão Européia do Livro, Col. Saber Atual, São Paulo, 1961, pp 17-19)

2.2 Pouca Industrialização e Dificuldade de Ser Ampliada - os países subdesenvolvidos encontram muitas dificuldades de se industrializar. O Departamento de Assuntos Econômicos das Nações Unidas, estudando estas dificuldades há alguns anos reuniu-as em três aspectos: econômico, social e internacional:

- a) no aspecto econômico, temos que levar em conta, além da pouca poupança interna, a falta de capitais ou o emprêgo de capitais estrangeiros em geral nas indústrias de transformação e não para a infra-estrutura, assim como as dificuldades de transporte, a insuficiência de energia etc.
- b) quanto ao aspecto social pode exercer influências negativas ou positivas. No caso dos países subdesenvolvidos, não há dúvida que as influências são em geral mais negativas. É bastante lembrar o baixo nível de instrução, o elevado índice de analfabetismo, a falta de operários qualificados e a não existência de um planejamento que leve em conta toda a população todas as regiões, visando um desenvolvimento global.
- c) com relação ao aspecto internacional há também vários tipos de obstáculos

los ao desenvolvimento industrial dos países subdesenvolvidos. Lembraremos apenas dois: as restrições que os países desenvolvidos em geral impõem aos subdesenvolvidos para conceder um empréstimo de capital que pudesse facilitar a industrialização dos primeiros; 2º a tendência dos países desenvolvidos de fazerem dos subdesenvolvidos meros fornecedores de matéria prima, dificultando ou restringindo as possibilidades de desenvolvimento destes (Lebret, obra citada, pp 100-105).

Todavia, é preciso não esquecer que embora a industrialização seja algo muito importante para o desenvolvimento econômico de um país, ela não tem um fim em si mesma. Ou seja, a industrialização para nós só tem sentido se ela contribui para uma real promoção do homem, se ela contribui para elevar e melhorar o nível de vida sobretudo das camadas menos favorecidas da população. As fábricas, as usinas, as grandes empresas em fim podem ser retrato do desenvolvimento econômico, mas ajudam o homem a ser mais homem quando contribuem para satisfazer suas necessidades mais essenciais a se realizar como pessoa.

.Baixa Renda Nacional - Uma das distinções que se pode fazer entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos consiste justamente, na distribuição da renda nacional entre habitantes ou entre as diversas camadas da população. De um modo geral, nos países desenvolvidos as camadas mais pobres têm um nível de vida superior aos subdesenvolvidos. A título de ilustração daremos apenas alguns dados referente a renda anual individual (chamada tecnicamente de renda per capita), em 1959, de alguns países: Estados Unidos da América do Norte: 2250 dólares; alguns países da Europa Ocidental, assim como Austrália e Nova Zelândia: 1.000 dólares. Enquanto isso para o conjunto dos países menos desenvolvidos a cifra correspondente foi mais ou menos de 100 dólares anuais, sendo que a maior parte dos países da África, Ásia e América Latina apresentavam uma renda média de 70 a 80 dólares (El Correo de la Unesco).

.Deficiência na Agricultura - A agricultura nos países subdesenvolvidos, de um modo geral, é muito atrasada. Há grandes quantidades de terras cultiváveis não aproveitadas. Na América Latina, p. ex: apenas 1/5 das terras cultiváveis são realmente cultivadas. (Yves Lacost, obra citada p. 12). Há fatores que podem explicar essa quantidade tão pequena de terras cultivadas:

- . estrutura agrária injusta e obsoleta;

- . interêsse de grupos econômicos nacionais e estrangeiros;
- . falta ou insuficiência de meios técnicos;
- . desgaste dos solos;
- . falta de fertilizantes etc.

Todavia, a maior dificuldade a ser vencida pela agricultura dos países subdesenvolvidos provém do custo dos bens materiais. Um dos meios de satisfazer tais necessidades seria a fabricação de suas próprias máquinas agrícolas, de fertilizantes e de combustíveis.

Considerando todos os fatores que dificultam a agricultura nos países subdesenvolvidos, podemos entender, assim, porque, apesar de serem na maioria países agrícolas, apresentam baixa produção, não conseguindo nem satisfazer as necessidades alimentares de seu povo.

Desequilíbrios entre as Camadas Sociais - A grande maioria da população dos países subdesenvolvidos tem condições subhumanas de vida. A verdade é que um número muito restrito tem um mínimo necessário para viver como pessoa e apenas uma minoria tem a goza de todos os privilégios.

Uma das maneiras de se caracterizar êsses desequilíbrios sociais é a distribuição proporcional da renda nacional pela população. No caso brasileiro, por exemplo, êste desequilíbrio é evidente.

Outro índice complementar é o da distribuição da propriedade rural brasileira. Em números relativos, a área territorial brasileira dos estabelecimentos agropecuários, em 1950, era expressa da seguinte maneira: os donos de propriedades de mais de 100 ha representam apenas 16,6% do total do número de proprietários e possuem 85,6% da área total dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, enquanto que 83,4% do número de proprietários possuidores de menos de 100 ha detém, em suas mãos, apenas 14,6% da área total (Antonio Rodrigues Coutinho - Ministério da Agricultura, Contribuição ao Estudo da Estrutura Econômica Agrária Brasileira, Seg. o Censo de 1950, p.20).

É dentro dessa faixa menos favorecida que certos problemas, característicos das regiões subdesenvolvidas se tornam mais chocantes. Aqui estão alguns deles:

. Para cada 100 crianças nascidas vivas desta faixa morrem 24 antes do 1º ano de vida, enquanto para outras camadas sociais morrem 10 em 100 (Nelson Rodrigues dos Santos, O Problema da Saúde no Brasil). Dados recentes, mostram ainda que: a chistosomose atinge 6 milhões de brasileiros; a tuberculose 1 milhão e 200 mil; doenças de chagas 3 a 4 milhões; malária 8 milhões. A maioria dessas pessoas atingidas habitam à zona rural e estão incluídos nesta faixa da população menos favorecidas (A População Brasileira, Dados do IBGE, 1960).

Com efeito, o que se pode dizer é que estas deficiências contribuem ainda mais para baixar o rendimento econômico, agravando cada vez mais as condições de vida dessa camada populacional. É vivendo e sofrendo estes problemas que trabalha grande parte da população dos países Afro-Asiáticos ^{da América Latina}. Em alguns desses países, o nível de vida é tão baixo que há um verdadeiro círculo vicioso, onde o homem já não tendo esperança, acha difícil romper com essa situação de miséria.

De um modo geral, o que presenciamos é que por causa de grandes desequilíbrios entre as diversas camadas sociais e entre os povos do mundo, grande parte da humanidade tem condições de vida subhumana.

Os vários dados apresentados abaixo servem para mostrar o grau de desenvolvimento ou subdesenvolvimento de alguns países. É preciso contar, que não se pare numa enumeração pura e simples dos mesmos, nem que se pretenda uma comparação com um ideal a atingir. Os dados referentes a cada país falam mais quando analisados no seu conjunto e só vistos e analisados globalmente é que podem ser comparados com outros países.

. Mortalidade Infantil - Para cada 100 crianças nascidas vivas num ano morrem 3 nos EEUU, 4 na Inglaterra, 7 na Bélgica, enquanto no Brasil, Bolívia e na Colômbia morrem 15 (ONU, Rapport Preliminaire sur la Situation Sociale dans le Monde, 1962).

. Mortalidade Geral - De cada 1000 habitantes morrem por ano 9 nos EEUU, 11 na Inglaterra, 12 na Bélgica, 25 no Brasil, na Bolívia e na Colômbia (idem):

Vida Média - 70 anos nos EEUU, 65 anos na Bélgica, 45 anos para o Brasil, Bolívia e Colômbia (idem)

. Alimentação e Fome - Segundo Leuret, pode-se admitir que mais de 50% da população do mundo se mantém em um ^{nutrimento} alimentar inferior ao estritamente necessário em calorias e 75% dessa população, aproxima-se ou apenas atinge o nível mínimo exigido pelas atividades humanas normais.

Partindo desses dados e fatores verificamos que há uma coincidência de níveis para alguns países. Estes países por uma série de razões ou de fatores são chamados subdesenvolvidos.

3. EXIGÊNCIAS ESPECIAIS PARA SUPERAÇÃO DO PROCESSO DO SUBDESENVOLVIMENTO

3.1 o crescimento demográfico deve ser acompanhado por um crescimento econômico proporcional.

O processo de superação do sub-desenvolvimento exige antes de mais nada, que o ritmo extraordinariamente rápido com que crescem as necessidades dos povos subdesenvolvidos seja acompanhado por um crescimento econômico superior ~~aos~~ ~~de~~ necessidade, da população.

A explosão demográfica nos países subdesenvolvidos é no momento atual um fato que ninguém pode ignorar. Isto é consequência de vários fatores:

a) os países subdesenvolvidos têm uma natalidade muito maior que os outros. Como exemplo, lembraremos que para cada 1.000 habitantes nascem anualmente na Europa e nos EEUU de 18 a 25 crianças, enquanto que em zonas subdesenvolvidas como a África e a América Latina este número chega a mais de 40 (Camargo, Demografia Econômica, 1960);

b) o rápido crescimento pode ser explicado, também, pelo decréscimo da mortalidade verificado nestes países. De fato, essa mortalidade ainda é bastante alta. No entanto ela vem diminuindo gradativamente graças a uma certa assistência sanitária que é dada aos países subdesenvolvidos, embora de forma muito precária e sistemática.

Ora, para satisfazer as necessidades de uma população que aumentou tão rapidamente, é indispensável um esforço muito grande para produzir bens e serviços. No caso do Brasil, por exemplo, a população anual aumen-

tam na razão de 3% ao ano. A economia nacional precisa, então, aumentar sua capacidade de produção de maneira que chegue a satisfazer as necessidades correspondentes a esse aumento da população em matéria de alimentação, vestuário, habitação, instrumentos domésticos, educação, emprego, serviços sanitários (água, luz, esgoto, ~~etc.~~ etc.).

Esse esforço é tanto mais difícil porque em consequência do mesmo crescimento econômico rápido, a maior parte da população em idade ativa é muito menor em proporção àquêles que não fazem parte desta faixa (crianças, doentes...). Por outro lado, como os países subdesenvolvidos tem um nível de vida extremamente baixo, a economia deverá não somente acompanhar o crescimento demográfico, mas também aumentar, em certa medida esse nível de vida. No entanto, estes países mostram-se no conjunto, incapazes de expandir sua economia numa proporção satisfatória.

Das razões que impedem o desenvolvimento econômico mais completo e mais rápido, temos que considerar as que se prendem à estrutura das economias e as que dizem respeito mais diretamente ao crescimento global desta economia.

3.2 Independência Econômica - Como é muito sabido, a estrutura econômica dos países subdesenvolvidos é altamente centralizada no setor primário, sendo pouco desenvolvido o setor secundário e terciário (Ver o item 14, Estrutura Econômica).

Por outro lado, embora a população rural nestes países represente quase sempre mais da metade da população e esteja muito concentrada no setor primário, nem sempre produz todos os gêneros necessários à alimentação e muito menos outros produtos por ela exigidos. Como consequência, estes países são obrigados a importar bens que não são capazes de produzir dispondo apenas de alguns pontos para efetuar as trocas.

Ora, os países que se mantêm sem indústrias e dependentes da importação de poucos produtos primários irão fatalmente cada vez mais se empobrecendo face aos países desenvolvidos. Enquanto isto a produção industrial destes últimos irá crescendo cada vez mais, pois os homens sempre querem bens industrializados em maior número e variedade. O contrário acontece com a produção agrícola cujo crescimento fica na dependência do consumo pessoal que é limitado.

Outro aspecto que nem sempre se leva em consideração; é que juntamente com a importação de certos produtos são importados, também; a propaganda e o exemplo dos países subdesenvolvidos cujos níveis de consumo são muito mais altos.

Dominada por êsse "efeito demonstração" que se soma, aliás, às necessidades crescentes decorrentes do rápido crescimento demográfico; a população subdesenvolvida se esforça para comprar mais, produzindo mais. Mas, o consumo de produtos agro-pecuários não pode ser aumentado além de um certo limite, aumentando-se a oferta os preços tendem a cair. Assim o trabalho do povo se desvaloriza (econômicamente falando).

Quanto as matérias primas cuja demanda pode acompanhar a produção industrial, constituem elas, reservas suscetíveis de serem esgotadas, ou de perderem seu valor comercial em decorrência de inovações tecnológicas. Além do mais, na quase totalidade dos países subdesenvolvidos; a exploração dos seus recursos minerais obedece aos interesses de grupos estrangeiros e só a êles beneficia.

3.3. Desenvolver a Industrialização, aumentando a capacidade de produção.

A industrialização está condicionada por um certo número de fatores e deve subordinar-se a certas prioridades. Uma dessas prioridades é definida pela necessidade de substituir aquelas importações de bens de consumo que ocasionam maiores dificuldades nas relações de troca do país. Outra será determinada pela necessidade de se criar nos países as indústrias de base, isto é, indústrias produtoras dos materiais de equipamentos necessários à criação de novas indústrias.

Dos fatores que condicionam a industrialização, coloca-se a necessidade de uma infra-estrutura adequada de transportes e comunicações e de energia. É evidente que as indústrias só podem desenvolver-se se há energia para acionar suas máquinas, estradas para trazer matéria prima e distribuir a produção e os meios de comunicação para que as empresas industriais, o comércio e os bancos possam coordenar e organizar suas atividades com eficiência.

Por outro lado, as indústrias não poderão fortalecer-se se não aumentar o número dos que podem comprar sua produção, isto é, se não houver mercado interno crescente no país. ~~Para isto, é preciso que desapareçam~~

~~os setores da população que vivem economicamente isolados das demandas, para
sendo eles próprios o bastião para sobreviver~~

3.4. O crescimento global da economia dos países subdesenvolvidos, não pode ser obtido com a necessária continuidade e rapidez se não forem superados os obstáculos que constituem o chamado "círculo vicioso".

Este "círculo vicioso", em geral, pode ser caracterizado por uma população muito grande, com um número reduzido de indústrias, pouca mão de obra qualificada e produzindo pouco, com níveis de salários de uma certa maneira muito baixos. Salários estes que em muitos casos dão mal para suprir as necessidades essenciais e em outros dão apenas para o consumo. Há ainda, uma minoria que embora ganhe muito gasta quase tudo em bens de consumo (vestuário, automóveis, etc) sem aplicar em investimentos produtivos (fábricas, indústrias em geral, etc). Nos vários casos, como vemos não é feita nenhuma poupança.

E o que é poupança? no sentido amplo, pode-se dizer que o que não foi gasto foi poupado. Mas, para que haja poupança, realmente, é preciso não só determinar um aumento de capital que é o estoque sobranete, porém investir em bens de produção. Donde se pode dizer, que para haver um crescimento global da economia de um país, é necessário que os recursos que eram desperdiçados ou empregados somente em bens de consumo, sejam, aplicados também, em bens de produção ou em investimentos produtivos.

Estes investimentos podem ser feitos de duas maneiras:

- a) o govêrno obrigando por meios de leis os setores privados a investir seus lucros, de forma mais justa e adequada, em setores que venham a contribuir para um maior crescimento e desenvolvimento econômico da comunidade.
- b) o próprio govêrno recolhendo êsses recursos através de impostos compulsórios e investindo em empreendimentos que constituem a infra-estrutura (energia elétrica, rede de água e esgôto, estradas de ferro e rodagem, portos etc.).

Isto deve ser feito através de planos econômicos que reünam os investimentos públicos aos investimentos particulares, sem permitir um exagerado lucro às camadas sociais que já gozam de uma situação por demais privilegiada.

Em resumo, a poupança é um elemento essencial para o desenvolvimento global econômico de um país e deve ser forçada:

- a) impedindo todo consumo não necessário e excessivo;
- b) aproveitando plenamente a mão de obra ou o trabalho das camadas da população que está sendo pouco utilizada.
- c) aumentando a produção pelos meios já citados e especialmente pela proteção alfandegária que impeça a penetração no país de produtos concorrentes estrangeiros.

Finalmente, para que todo investimento possível seja efetivado é importante que o trabalho de uma boa parte da população até então mais ou menos inativa seja aproveitado em setores essenciais. O aumento da produção exige não só o aproveitamento de todos, mas também que haja um certo planejamento e que obedeça a certas técnicas. Contudo, o povo só se enquadrará neste regime de maior produtividade e só se capacitará para ele se tiver consciência da situação e se houver motivação suficiente.

3.5. Tomada de Consciência por Parte da População - Para nós um dos aspectos novos do subdesenvolvimento e talvez o mais importante, como diz Yves Lacoste, é a tomada de consciência da população da situação em que se encontra o seu país. Isto é importante, porque não se pode falar em desenvolvimento como algo abstrato, como uma idéia apenas.

Só quando toda a população toma consciência e é mobilizada para vencer os problemas que formam aquele círculo que falamos anteriormente é que começa haver condições políticas favoráveis ao desenvolvimento.

Poder-se-ia dizer, também, que a tarefa de desenvolvimento é essencialmente política, e as necessárias atitudes favoráveis ao desenvolvimento só poderão ser tomadas num regime de certa disciplina coletiva. Ora, ~~essa~~ disciplina tanto pode ser imposta pela força a ser exercida por uma ditadura, ^{isto só é possível na medida em haja uma participação} como ser escolhida por todo o povo num clima de respeito ao outro como pessoa, como sujeito e não como coisa.

Por outro lado, esse esforço tanto pode ser feito num regime de injustiças que apenas exija sacrifícios de uma classe e não de outras, ou num regime onde os sacrifícios e as responsabilidades são igualmente repartidos entre todos. Ressaltamos ainda que a obra do desenvolvimento é inadiável, complexa e essencialmente ~~coletiva~~ ^{global}. Donde a tentativa de um processo

que caminha para o desenvolvimento só será autêntica se atingir a todos ^y todos os setores.

Terminando, diremos ainda que a tomada de consciência vai exigir uma mudança total de mentalidades, de estruturas, de relacionamentos. Uma reestruturação nos setores econômicos, políticos e sociais da sociedade global.

x

Gostaríamos de insistir para que se tivesse em conta que as diversas partes da fundamentação do programa do MEB, são uma tentativa de estudar os aspectos diferentes de uma mesma sociedade, a sociedade nacional brasileira, em relação com sua posição no mundo, seus valores culturais ; suas tradições de sociedade economicamente dedicada ao setor primário, o que deve e está sendo mudado. Por isso, chamamos a atenção para que se tenha sempre em mente os diversos fascículos, não como coisas separadas e independentes, mas como tentativa de estudar elementarmente os problemas fundamentais que devem ser conhecidos por elementos profissionais que se dedicam à educação de adultos do Brasil.

*

MOVIMENTO
DE
EDUCAÇÃO
DE
BASE

FUNDAMENTAÇÃO
DO PROGRAMA PARA 1965

2ª. parte:
PROMOÇÃO HUMANA

FUNDAMENTAÇÃO
DO PROGRAMA PARA 1965

2ª P A R T E : PROMOÇÃO HUMANA

0. Introdução

1. Conscientização

1.1 O Homem

1.2 O Trabalho

1.3 Comunicação

1.4 Meios de Comunicação

1.5 Os Condicionamentos Culturais

1.6 O Herói e os Meios de Realização

1.7 A Realização da Pessoa na Família

1.8 A Realização da Pessoa na Sociedade

2. Organização

2.1 Função Social do trabalho

2.2 Cooperação: organizada e não organizada

2.3 Associativismo

2.4 Cooperação Econômica

2.5 Ação Política

0. INTRODUÇÃO

O trabalho de promoção humana é intrínseco à própria educação, uma vez que educar não consiste em adaptar alguém a determinada situação, a determinado tipo de sociedade, mas dar elementos e condições para que o homem se forme. Educar é levar o homem a tomar consciência de seu papel de sujeito do mundo. É integrar alguém na obra cultural, na ação do homem que transforma a natureza. A educação é uma exigência e um direito de todos, uma condição para que o homem se realize, se afirme como pessoa e, conseqüentemente, se promova.

Esta promoção não deve ser individualista. Deve ser uma autopromoção comunitária, através da qual se procure ajudar e apressar a integração de todos no processo de criação cultural. Com isto não se pretende uniformizar homens e culturas - o que seria uma aberração - mas humanizá-los, aceitando e respeitando as diferenças. Dentro desta perspectiva, achamos que só há promoção quando as necessidades da pessoa tendem a ser satisfeitas. Só há promoção, quando há não apenas um despertar, mas também uma tomada de consciência do valor humano e da posição que cada homem ocupa no mundo. Só há promoção, quando o homem tem acesso aos meios de comunicação e quando, no seio das instituições, pode exercer sua liberdade e responsabilidade como pessoa humana. Só há promoção, quando há participação ativa da pessoa. Só há promoção, quando a pessoa escolhe o que é mais adequado à sua realização.

Evidentemente, em um trabalho de promoção há diversos estágios. Por isso, não se pode esquecer que tudo que foi colocado como sendo promoção pode se processar em um só momento ou em momentos diferentes. É essencial que se tenha presente e bem claro até onde se quer chegar, porque este trabalho jamais pode ser feito desligado da época, do momento histórico em que o homem está inserido. Em nosso caso, por exemplo, seria utópico pretender-se fazer um trabalho de promoção humana sem levar em consideração a realidade mundial, brasileira e de MEB.

Como, através de um trabalho educativo, se pode contribuir para a autopromoção do povo? Inicialmente, formando-o, incentivando-o, instrumentalizando-o e criando condições para que tome parte ativa nas associações e organizações de sua comunidade, criticando-as e melhorando-as. Estas associações são oportunidades de cada um exercer suas responsabilidades e liberdade. Por seu intermédio, não há apenas um despertar, mas um começo de promoção do povo todo, promoção não individualista, utilitária, mas a serviço da comunidade.

Promoção humana é ascensão de cada homem, de cada fração da humanidade, dos grupos que impulsionam essa mesma humanidade. Dentro dessa perspectiva, não podemos aceitar a presença de marginalizados por miséria ou por privilégios de classes ou de castas. (Ver Lebret, Manifesto por uma Civilização Solidária, pp. 15 e 85).

A recuperação do homem marginalizado jamais será conseguida por um simples trabalho de alfabetização, porque, embora haja uma correlação entre analfabetismo e marginalização, assim como entre analfabetismo e subdesenvolvimento, não se pode dizer que o analfabetismo seja a causa da marginalização e muito menos do subdesenvolvimento. Aceitar isto é querer, como diz Pierre Furter, tomar o efeito pela causa. A alfabetização pura e simples não tem sentido, uma vez que a mera aquisição de alguns conhecimentos de leitura, escrita e cálculo não leva a participar conscientemente do desenvolvimento do país, a ter uma consciência crítica da realidade. A alfabetização de adultos deve levar o conjunto da população a participar do desenvolvimento do país. Só dentro dessa perspectiva, estará contribuindo para a integração do homem no processo de transformação cultural.

Diremos, ainda, que um trabalho de educação, dentro dessa perspectiva de promoção, para ser autêntico, deve partir da necessidade de libertação das classes menos favorecidas. Deve procurar propiciar os elementos necessários para que cada homem tome parte ativa no desenvolvimento de suas comunidades, fazendo opções pela conservação ou modificações de realidade em que se encontra. Cremos que isso é fundamental, porque "uma sociedade moderna e democrática tem necessidade de uma cultura participada por todos. Esta cultura deve permitir a todas as classes ou categorias sociais, a todos os indivíduos, qualquer que seja seu estado profissional ou nível de instrução, uma participação ativa na vida econômica, social, política, artística, científica, espiritual". (Joffre Dumazedier, *Refléxions sur l'entraînement mental*, Paris, PEC, p.1).

1. CONSCIENTIZAÇÃO

Para se ter consciência de alguma coisa, são necessários apenas dois termos: o sujeito que tem consciência e a coisa da qual êle toma consciência. O ato de conscientizar, entretanto, exige a presença de uma segunda pessoa; exige uma comunicação entre dois sujeitos sobre alguma coisa. Contém, assim, três termos: dois sujeitos e um objeto. Conscientização implica consciência de si e comunicação de dois sujeitos, pela mediação do mundo. Conscientizar é, portanto, dar elementos para que o homem tome consciência do que êle é (consciência de si), do que os outros são (comunicação de dois sujeitos) e do que é o mundo. A maneira de se conscientizar é que pode variar, de acordo com a época histórica, a concepção que se tem do homem, a visão que se tem do mundo e o sentido que se tem da história.

Todo trabalho que visa à promoção humana não pode deixar de situar-se numa linha de conscientização. Logo, não se pode pensar em fazer um trabalho de educação, tendo em vista uma autopromoção e uma ação visando uma mudança de estruturas, sem conscientização. O homem não pode se formar dentro de uma certa perspectiva, dentro de um contexto histórico determinado, sem se tornar consciente de suas responsabilidades de cidadão e consciente de suas responsabilidades de homem, criado à imagem de Deus.

Donde se conclui que educar, formando a pessoa humana dentro desta perspectiva de promoção comunitária, implica sempre conscientização, uma vez que é impossível educar sem dar elementos para que o homem tome consciência do seu valor como pessoa, suas exigências de realização, seu dever para com os outros, sua capacidade criadora, sua capacidade de comunicação etc. (Ver o trabalho "Educação e Conscientização", de Raul Landim).

1.1 O Homem

O processo de conscientização varia de acordo com a concepção que se tem do homem. Que é o homem para nós?

Encarado somente em sua dimensão animal, o homem poderá ser reduzido a um objeto da natureza, como os outros animais, a um ser que não transcende a natureza e está submetido a seu determinismo. Mas, o comportamento animal é puramente adaptativo e a ação do homem é, além de adaptativa, criadora. A "ação" do animal não cria um mundo novo, mas se estrutura ela mesma como do mundo. Já o homem, tomado como ser que conhece o mundo e nêle cria uma ordem humana, apresenta-se não como ser do mundo, mas como um ser no mundo. Sua vida, sua ação realiza-se no mundo, mas êle o transcende; transcende a natureza, tornando-a humana. Como ser consciente, o homem se afirma como sujeito do mundo, tornando-o seu objeto.

Conhecendo o mundo, o homem escolhe para si um sentido, dá a seu movimento, a sua ação um significado que transcende a ordem natural. Daí dizer-se que a inserção do homem no mundo realiza-se com ambiguidade: é um ser que transcende o mundo e, por isso, recusa-se a situar-se como ser do mundo. Entretanto, sua ação, seu movimento intrínseco, que o aperfeiçoa, realiza-se no mundo.

A relação do homem com o mundo, é uma relação mediatizada pelo trabalho. É, ainda, frente aos outros homens, uma relação de comunicação, que pode ser expressa em dominação ou em reconhecimento. (IEB, Fundamentação, de "Viver é Lutar", pp. 1-4).

Uma vez feita a colocação do que é o homem no sentido genérico, será abordado um ponto que é quase uma decorrência deste: dignidade feminina.

Inicialmente diremos que não há nada que distinga o homem da mulher, no plano da dignidade humana, enquanto ser racional, capaz de transcender o mundo, em existência pessoal relacionada com os homens e com Deus. (IEB, Fundamentação, de "Viver é Lutar" p. 22). Se fizermos um estudo dos textos bíblicos e dos documentos pontifícios que tratam da mulher, encontraremos trechos provando que ela e o homem são iguais, quanto à natureza e dignidade: criou Deus o homem a sua imagem; criou-o à imagem de Deus e criou-os homem e mulher" (Gen. I, 27). Como vemos, o texto não faz alusão alguma à superioridade de um ou de outro sexo.

Nas epístolas de São Paulo, há, também, várias passagens onde ele aborda o problema dentro dessa perspectiva de igualdade dos seres humanos. Assim, na 1ª Epístola aos coríntios (XI, 11:12), o apóstolo nos diz: "... nem o homem existe sem a mulher, nem a mulher sem o homem, no Senhor. Porque se a mulher foi tirada do homem, também o homem foi concebido pela mulher, mas todas as coisas vêm de Deus". Dirigindo-se aos Gálatas, diz: "... não há judeu, nem grego, não há servo, nem homem livre, não há homem, nem mulher. Porque todos vós sois um só em Jesus Cristo..." (Gal. III, 28).

Partindo dessas colocações, uma pergunta se impõe: em que consiste essa dignidade que a mulher recebeu de Deus? Pio XII responde de uma forma muito lúcida: é só interrogar a natureza humana, tal qual Deus a formou elevada e resgatada pelo sangue de Cristo. Em sua dignidade pessoal de Filhos de Deus, o homem e a mulher são absolutamente iguais..." (Pio XII, Alocução às mulheres italianas, em 21.10.45).

Com efeito, pode-se dizer que a mulher e o homem são iguais quanto à natureza e à dignidade, embora haja algumas diferenças de funções. A primeira delas e a mais fundamental, não resta dúvida, é a biológica. A própria estrutura física do homem e da mulher determina funções diversas, no que concerne a procriação. Ao lado dessas diferenças existem as de ordem psicológicas e que se apresentam sobre vários aspectos. São essas diferenças de funções físico-psíquicas que levam o ho-

mem e a mulher a se completarem. Mas, não são elas que determinam o que é próprio para o homem ou para a mulher, em termos de divisão de trabalho e de possibilidades de realização. Acreditamos que as diferenças existem, mas são devidas, em grande parte, a condicionamentos sociais.

"O trabalho servil atribuído à mulher, sua própria avaliação como objeto de que os homens se servem são um fenômeno histórico e evidenciam uma situação de injustiça e de dominação por parte do sexo masculino". (MEB, Fundamentação, de "Viver é Lutar", p. 22).

Atualmente não só a mulher reconhece sua dignidade, mas também, cada vez mais, toma consciência e reivindica direitos e deveres consistentes com essa dignidade, tanto na vida familiar, como na vida social (P.T. 41). Aceitar que a mulher é pessoa, no sentido pleno da palavra, é afirmar que ela é igual ao homem e negar que ela seja um ser que encontre sua razão de existir no homem. Partindo dessas colocações, podemos concluir: a mulher não existe a serviço do homem, nem o homem a serviço da mulher, mas todos os dois a serviço da obra do gênero humano, a serviço da construção do mundo (Jacques Leclercq, "Vers une famille nouvelle - Ed. Universitaires, Paris, 1962, cap. III).

1.2 Trabalho Humano

Vários são os sentidos dados ao termo "trabalho". Para uns, é ele o mediador entre o homem e o mundo; para outros, é o meio pelo qual o homem atesta sua presença pessoal, construindo uma obra; muitos julgam-no, enfim, como o sinal da transcendência do homem sobre o mundo. Mas, não é somente neste plano que se manifesta a pluralidade dos sentidos dados ao trabalho. Historicamente, também, tem-se debatido sobre seu valor. Para os gregos, por exemplo, a dignidade do homem estava na atividade contemplativa, sendo o trabalho manual desprezado.

A visão bíblica no entanto, é totalmente diferente: Deus manda que se cultive o paraíso (Gên. II,15). O trabalho penetra, então, no íntimo do ser. Ele faz parte do plano fundamental de Deus sobre o gênero humano. O pecado, entretanto, degrada o homem. E, daí em diante, antes de exprimir a pujança do homem, "imagem de Deus", o trabalho se torna uma ação árdua e penosa. Naturalmente, o trabalho deveria ser uma atividade espontânea e alegre; mas, pelo pecado, torna-se difícil e doloroso. A Encarnação e a Redenção renovam esta visão, dando um sentido participadamente criador e redentor ao agir humano; mesmo sendo o trabalho uma tarefa árdua, nêle se desvenda a mais íntima e fundamental esperança do homem: a esperança da Salvação.

A cultura moderna apresenta como denominador comum o humanismo do trabalho: é a partir dêle que os valores se tornam fundamentados. O homem constrói um mundo humano, onde se humaniza, humanizando. Em suma: o trabalho relaciona o homem com o mundo, humaniza a natureza e comunica os homens entre si, dando à ação humana uma responsabilidade universal.

O valor do trabalho humano não se reduz à obra por êle produzida, antes expressa o valor do homem que, pelo trabalho, revela o íntimo do seu ser; sua transcendência sobre o mundo, sua ação criadora de um mundo humano. É, pois, o trabalho que revela o sentido do homem. É por ser êle dinamismo próprio de um ser consciente e livre, que ganha a sua dignidade (HEB, Fundamentação de "Viver é Lutar" pp. 5-7).

1.3 Comunicação

O homem é um ser de relações. Como ser consciente, diante da natureza, êle não apenas a conhece, mas transforma-a pelo trabalho, humanizando-a, e através do trabalho se comunica com os outros homens. Esta comunicação entre os homens pode ser feita sob duas formas: de reconhecimento e de dominação.

A comunicação é de reconhecimento quando uma pessoa procura captar a singularidade de outra, numa atitude de reconhecimento e de amor; quando não há comunicados, mas comunicação; quando não há atitude de despotismo ou de simples indiferença pelo que o outro é, mas sim uma atitude de amor e de respeito pelo outro como pessoa, como sujeito, como ser presente no mundo, responsável pelos outros seres. Não pode classificar, nem definir o outro, mas acredita nele e o respeita. Enfim a comunicação, sob a forma de reconhecimento, é aquela que se dirige ao sujeito e quer sua realização como pessoa, como liberdade, quaisquer que sejam seus dons ou defeitos.

Ao contrário, a comunicação se faz sob a forma de dominação, quando "trato o outro como objeto, quando o trato como um ausente, como um repertório de dominação que me pode ser útil ou como um instrumento à minha disposição" (Emmanuel Mounier, O Personalismo, p.63). Na relação de dominação o que acontece é um fechamento sobre o eu. Não há um movimento do eu para o tu, a fim de se chegar ao nós, estabelecendo, assim, em bases reais, um mundo da criação humana. Finalmente, pode-se dizer que a comunicação de dominação, rigorosamente falando, não pode ser tomada como comunicação, porque não há uma relação de consciências, mas apenas comunicados ou imposições entre homens.

Lembramos, também, que é através da comunicação entre os homens que o homem recria continuamente, participando, assim, no ato da Criação. Esta comunicação, êste ato de amor é o reflexo de Deus na criação, no homem.

Mas a comunicação entre Deus e o homem não se resume na obra da criação em que Deus se manifesta, porém, é uma relação que continua a existir e a realizar-se através dos tempos e que vai até a Parusia.

1.4 Meios de Comunicação

Não se pode falar em comunicação desconhecendo-se os meios que possibilitam sua realização.

O primeiro deles é o trabalho. O trabalho, como já foi dito, transforma a natureza; atesta a vida humana e a aperfeiçoa. Mas é, também, a nosso ver, o principal meio pelo qual o homem se comunica com os outros homens.

Ao lado do trabalho, outro meio de comunicação que merece um real destaque é a educação. Se entendermos e aceitarmos a educação como processo global de realização humana, que implica em ação aperfeiçoadora, não só por parte do educando, mas também por parte do educador, processo pelo qual o homem cresce no contato com os outros homens e com a natureza, transformando esta em cultura e comunicando-se com os outros, a educação será necessariamente diálogo; será meio de comunicação ou a comunicação por excelência.

Outro meio que nos parece um dos mais espontâneos e, por isso mesmo, um dos mais ricos é a arte popular. "A arte popular manifesta a sensibilidade geral dos que a praticam, por uma seleção de motivos que são uma espécie de linguagem cifrada. Por detrás desses elementos, aparentemente simples, aparentemente desconexos, muitas vezes, ao observador estranho e pouco desavisado, estão as infinitas e variadíssimas experiências realizadas por muitas gerações". (MEB, Justificação de "Ver é Lutar", p. 86).

Ao lado desses meios, talvez os mais ricos, lembraremos outros como veremos a seguir.

A conversa, por exemplo, é um deles. No meio rural, sobretudo, ela toma o lugar da linguagem escrita. Apresenta-se sob as formas mais variadas: desde os "bate-papos", os "nexericos", até as notícias que são trazidas dos centros urbanos através do Severino que foi à feira ou do chofer de caminhão que passa todos os dias na estrada.

Ao lado da conversa oral, outro meio de comunicação que merece ser lembrado é a correspondência: cartas de negócio, assuntos familiares, participações sociais etc. Tudo isso é assunto da conversa escrita. Reconhecendo a importância desse meio lamentamos o fato de muitos homens não o poderem utilizar, para se comunicar com outros homens. Mas, a comunicação à distância, com o desenvolvimento da técnica, não parou aí. Houve um grande aperfeiçoamento. Novos meios surgiram: telégrafo, telefone, imprensa, rádio, cinema, televisão etc.

O telégrafo, por exemplo, veio resolver o problema da rapidez da comunicação escrita, embora seja um meio usado quase que exclusivamente na zona urbana. Já o telefone não só facilitou, mas também foi uma solução para muitas coisas que, antes, obrigatoriamente, exigiam um contato direto ou escrito. Desde os recados utilitários, os chamados o

e pedidos de fornecimento até os simples bate-papos, o telefone simplificou muito a comunicação à distância. Resta lembrar, todavia, que no nosso país esse meio de comunicação se restringe quase apenas à zona urbana e, assim mesmo, precariamente.

Com relação à imprensa, pode-se dizer que ela foi quase um sucedâneo da conversação oral e da correspondência. Como esta, ela é também vedada a um grande número de homens.

O homem, atualmente, conta com outros meios de comunicação.

O cinema, por exemplo, quando bem realizado, é um dos meios mais ricos. "O cinema é uma espécie de mediador entre nós e a própria vida, entre os nossos olhos e dos outros homens. Através do cinema, o homem torna-se transparente. A luz eloquente dirige-se para o rosto, os olhos, que nos revelam a sua personalidade. Não importa que seja o vigário, a prostituta ou o órfão. Uma pergunta sempre é feita: quem são eles? Cruzamos diariamente com centenas de pessoas, mas não nos encontramos. Falta-nos tempo para isto e, sobretudo, disponibilidade. Mal olhamos o próximo. O homem torna-se uma "coisa", um "objeto" para o outro homem. Mas o cinema nos obriga sempre a perguntar: quem são eles? E mais ainda, nos leva à indagação: quem sou eu? (Guido Logger, ssc. Educar para o Cinema, Coleção Educar para a Vida, Caderno 2, Petrópolis, Vozes, p. 7). Como vemos, a importância do cinema como meio de comunicação é enorme. Infelizmente, é, também e ainda, restrito à zona urbana.

Quanto ao rádio, apesar de ser um meio menos rico que o cinema, sua penetração é muito maior. O rádio chega aos lugares de acesso mais difícil. Por seu intermédio, o homem da zona rural, por exemplo, pode tomar conhecimento não só do que se passa na cidade próxima, mas também no país, no mundo. O próprio fato de o rádio ser utilizado como um instrumento de educação é uma prova de seu valor.

Entre o cinema e o rádio poder-se-ia situar a televisão. Não resta dúvida que é um dos meios mais modernos de comunicação e que nem sempre é bem aproveitado. Sua influência, entretanto, fica limitada ao meio urbano, ou melhor, aos grandes centros.

Todavia, não se pode ficar preso a estes meios de comunicação como sendo os únicos. Outros existem e desempenham um papel decisivo sobre as populações, como é o caso das estradas, que pouco a pouco vão ligando o país todo. Sobretudo o tráfego aéreo imprime a estas comunicações a rapidez do século.

1.5 Condicionamentos Culturais

Atualmente, já não constitui novidade alguma dizer-se que grande número de brasileiros não participa da vida cultural do país. Nem sempre, porém, se tem consciência de que a maioria dos homens não é su-

jeito da cultura, mas sim objeto da cultura de uma minoria e que o desnível cultural proporciona um tipo de marginalização que dificulta a própria comunicação entre os homens e entre os diversos grupos sociais.

O desnível cultural gera comumente desníveis nos planos econômico, social, político e religioso. Por causa desse desnivelamento, a sociedade brasileira, até hoje, está formada por grupos culturalmente estratificados. Não forma um todo, no qual o resultado das elaborações culturais é participado por todos, mesmo que eles não participem das mesmas atividades ou no mesmo nível. Todos colaboram na elaboração cultural, mas nem todos têm tido oportunidade de participar proporcionalmente da sua significação. Ora, isso não pode ser aceito. É preciso trabalhar por um tipo de sociedade em que se aceite e se aproveite a contribuição de todos. É preciso trabalhar por um tipo de sociedade onde a cultura seja capaz de satisfazer às verdadeiras e totais necessidades do homem.

Mas, é necessário, ter bem claro que qualquer intenção de proporcionar ao homem algum meio de melhoria cultural tem que partir dele mesmo. Tem-se que partir do princípio que ele, homem, é o motivo principal de sua própria formação. Tem-se que ajudar o homem a se situar em seu contexto e saber distinguir o que o diferencia essencialmente das estruturas sociais, dos condicionamentos da natureza e dos outros homens. " A primeira tarefa do cristão, se realmente for armado de caridade, é transformar esses homens de objeto em sujeito, é torná-los realmente imagem de Deus, se autoconfigurando. E se esta autoconfiguração só se pode fazer na intersubjetividade das consciências, é evidente que o homem não pode ser sujeito de cultura sem se integrar no processo cultural, social e histórico.

Retomando, mais uma vez, o que já foi dito, lembraremos que a ação humana, por ser comunicação dos homens entre si, tem sempre uma dimensão social. A cultura, propriamente dita, não é o produto da ação do homem singular, mas dos homens socialmente relacionados. Se é afirmação do homem diante da natureza, transcendendo-a e transformando-a, então ela é, como presença do homem no mundo, elemento de ligação dos homens entre si: por isso, tem que ser vivida por todos, proporcionalmente. Criadores desse mundo humano, todos são responsáveis, pessoalmente e enquanto todo social, pela justiça e injustiça da ordem humana, de que eles são sujeitos. Aceitar ou recusar a injustiça da ordem social não é tarefa do homem isolado, mas de todos os homens, enquanto seres conscientes, livres e comunitários.

1.6 O Homem e os Meios de Realização

A condição primeira para que o homem se realize como pessoa é que os direitos que emanam de sua própria natureza sejam respeitados. Entre os vários direitos salientaremos os seguintes:

- . direito à existência;
- . direito aos meios necessários para viver dignamente;
- . direito à pesquisa da verdade e a informação verídica sobre os acontecimentos públicos;
- . direito a participar dos bens da cultura e à educação;
- . direito a escolher livremente seu próprio estado de vida;
- . direito a trabalhar livremente e de modo humano;
- . direito à aquisição de bens;
- . direito a locomover-se dentro da comunidade política;
- . direito a associar-se;
- . direito a participar ativamente da vida pública.

(Para um estudo desta parte, ver, especialmente, a encíclica *Pacem in Terris*, parágrafos 11 a 27 e a Declaração dos Direitos do Homem da ONU, em 1948).

Como os direitos da pessoa estão bem explicitados na *Pacem in Terris* e como o tema Cultura particularmente no aspecto da necessidade de todos participarem e aproveitarem dos benefícios da obra cultural é abordado em outra parte da Fundamentação, veremos aqui apenas o aspecto referente ao direito que todos os homens têm à instrução, a educar-se.

Como já foi visto, educar é levar o homem a tomar consciência de seu papel de sujeito do mundo, é integrar alguém na obra cultural, na ação do homem que transforma a natureza. A educação é uma exigência e um direito de todos. Uma condição para que o homem se realize e se afirme como pessoa.

A educação deverá ser um instrumento de auto-conscientização de um grande contingente humano, que vive à margem da vida cultural. Deverá ajudar o homem e todos os homens a se desenvolverem e a se integrarem na comunidade, trazendo para ela as riquezas individuais e do grupo. Todavia, para que isto aconteça, a educação tem de ser para todos, tem de ser para o povo. Mas, que se exige de uma educação que se quer aberta a todos, uma educação para o povo? Exige-se que ela sirva a todos e não apenas a esta ou àquela classe, a estes ou aqueles interesses. Exige-se que seja flexível e responda às necessidades e exigências dos grandes setores sociais emergentes à vida nacional.

À escola, como instrumento da democratização da cultura, caberá não apenas orientar os que a procuram. Democratizada, sua função será mais importante: representar o povo, integrando-o na sociedade, não para que ele se torne consumidor passivo de uma cultura que não fez, mas para que seja transformador e criador de cultura.

Podemos concluir este item dizendo: não se pode aceitar uma educação em que toda e qualquer pessoa não encontre condições para uma autêntica realização, uma educação que não possibilite a realização das exigências de humanização sempre crescente da pessoa humana.

1.7 A Realização da Pessoa na Família

"A pessoa é de tal modo social que ninguém pode bastar-se a si mesmo e viver, nem pode voltar ao Pai sem lembrar-se dos irmãos. É próprio de cada homem atingir a sua perfeição na comunicação com os outros. Tal sociabilidade, em primeiro lugar, se exprime na comunidade familiar, onde o homem e a mulher, constituídos na mesma dignidade, se ordenam um ao outro e aos filhos pelo vínculo do amor pessoal".

Para que a família ajude realmente a realização de seus membros, é necessário que ela dê condições para que todos desenvolvam sua personalidade e haja um verdadeiro respeito e aceitação entre todos. É preciso que sejam aceitas todas as diferenças, a vida própria de cada um, assim como suas iniciativas. Isso só se processa, no entanto, quando há, realmente, confiança entre seus membros, quando há comunicação. Em uma palavra, quando há amor.

Partindo dessas colocações, damos-nos conta que o ambiente familiar só é um ambiente onde todos se realizam, quando seus membros, mesmo dispersos pelos encargos que têm fora de casa, se sentem felizes quando se encontram, ou quando os filhos guardam da infância ou da juventude a lembrança de um lar onde encontraram amor e, por isso, condições para se desenvolverem. Os pais que procuram criar em todas as ocasiões um ambiente onde os filhos sejam considerados como sujeitos, como seres dotados de consciência e liberdade, são sempre recompensados. Lembramos, ainda, que a família onde seus membros tendem, verdadeiramente, a realizarem-se não é aquela onde há muito dinheiro, mas onde há um mínimo de condições humanas e amor, onde todos são tratados como sujeito e não como coisa. (Ver Jacques Leclercq, *Vers une Famille?* Paris, Ed. Universitaires, 1962, cap.V).

A família tem direito a certas condições, tanto de natureza econômica e social, como cultural e moral, que contribuem para consolidá-la e ampará-la no desempenho de sua função (P.T. §16). Sem as mínimas condições de habitação e de estabilidade econômica, por exemplo, a família não poderá ajudar a todos seus membros a se desenvolverem e a se realizarem como pessoas.

Por outro lado, "compete aos pais a prioridade de direito em questão de sustento e educação dos próprios filhos" (P.T. §17). São eles os educadores natos de seus filhos. É um direito, mas é também um dever que corresponde ao direito que têm os filhos de exigir deles este cuidado. Esta educação, como o sustento aos filhos, deve prolongar-se até que estes, em condições normais, possam viver por conta própria.

A realização de uma família não deve ser uma coisa egoísta, utilitária. As que têm condições para que seus membros se realizem, devem dar um pouco de si a outras que não gozam desses mesmo valores.

1.8 A Realização da Pessoa na Sociedade

A pessoa é, por essência, um ser social. Por ser um todo aberto e generoso, conforme a expressão de Maritain, é que lhe é peculiar uma certa abertura à comunicação e que ela tem que viver em sociedade. É no contato com os outros homens, no diálogo, que o homem se descobre e se integra na comunidade. À comunidade cabe ajudar o homem a atingir plenamente suas perfeições, a se realizar.

Segundo Leão XIII, "a sociedade não foi instituída de modo a que o homem a busque como um fim, mas para que, nela e por ela, possua meios eficazes para sua própria perfeição".(S.C.194). E João XXIII, na "Pacem in Terris", diz que "sendo os homens sociais por natureza, é mister que convivam uns com os outros e promovam o bem mútuo. Por esta razão, é exigência de uma sociedade humana bem constituída que, mutuamente, sejam reconhecidos e cumpridos os respectivos direitos e deveres. Segue-se, igualmente, que todos devem trazer a sua própria contribuição à construção de uma sociedade"(P.T. 31).

Mas a construção de um novo tipo de sociedade, de uma sociedade mais humana, dependerá da colaboração de todos, das diferentes religiões, dos diversos grupos étnicos ou ideológicos. O cristão tem que estar presente nesse novo tipo de sociedade. Sua presença é exigida pela caridade e é um imperativo do próprio Evangelho. Por outro lado, essa presença tem que ser efetiva, organizada. É preciso descobrir uma forma que melhor possibilite a todos participar ativamente na sociedade e de exercer plenamente o papel de sujeito na construção dela. O homem, como sujeito da História, não pode deixar de participar, direta ou indiretamente, da vida pública. Segundo João XXIII, "dia a dia, se torna uma exigência da própria dignidade humana poder tomar parte ativa na vida pública, embora varie a modalidade dessa participação" (P.T. 73).

BIBLIOGRAFIA PARA APROFUNDAMENTO DESTA 1ª PARTE:

1. Lebret - Manifesto por uma Civilização Solidária, Livraria Duas Cidades, São Paulo.
2. Joffre Dumazedier - Représentations sur l'Entraînement Mental, PEC, Paris.
3. Raul Landin, Educação e Conscientização, Documento de Estudo do IEBB.
4. Emmanuel Mounier - O Personalismo, Livraria Moraes Editôra, Lisboa, 1960.
5. Romano Guardini - O Mundo e a Pessoa, Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1963.
6. Jean Mouroux - Vocação Cristã do Homem - Flamboyant.
7. Jacques Leclercq - Vers une Famille Nouvelle? Editions Universitaires, Paris, 1962.
8. João XXIII - Pacem in Terris, Editôra Vozes de Petrópolis.
9. Henrique Vaz - Moral e Responsabilidade Social, Apostila de Estudos do IEBB.
10. Pierre Furter - Propositions pour une Etude de l'Analphabétisme au Brésil (mimeografado).

2. ORGANIZAÇÃO

2.1 Função Social do Trabalho

O trabalho parece ser a primeira mola que motivou algum tipo de organização social, de organização de pessoas com um fim comum determinado. Aqui não nos estamos referindo ao termo trabalho como todo tipo de ação humana, mas à produção de bens e serviços para consumo. É difícil imaginar como o interesse dessa produção exige a comunicação de experiências, de novas técnicas, de desejos e expectativas quanto à boa divisão dos seus frutos, quanto, enfim, à divisão do trabalho para melhor atender à produção.

Bergson diz que o primeiro homem é o "homo faber", que usa sua inteligência para a transformação do mundo em seu proveito e o distingue do "homo sapiens" que, posteriormente, aparece como aquele que interpreta e explica o mundo sem proveito de consumo. Não nos interessa discutir a justeza dessa distinção, mas verificar a importância que tem o trabalho produtivo (do "homo faber"), no primeiro momento em que surge o homem como tal. É lembrar que a organização da sociedade procura ser uma racionalização da melhor maneira de se obter um "ótimo" de consumo de bens e serviços, seja por toda a sociedade, seja por um grupo ou uma classe, etc. (bens que só podem ser obtidos pelo trabalho humano).

Entre as funções da família, em todas as sociedades (ver item sobre Estrutura Social, desta Fundamentação) as mais comuns são a procriação, a satisfação sexual e a produção. Mas sabemos que nem sempre o casamento é ligado à família da maneira como se dá atualmente em nossa sociedade. Em muitos casos o casal continua ligado às respectivas famílias de origem sem constituir nova família. E a marca distintiva desse tipo de família é justamente o fato de constituir uma unidade de produção e consumo. E se o trabalho une, também divide, pois algum tipo de divisão é necessário em qualquer organização: a divisão do trabalho. A divisão do trabalho é o primeiro tipo de distinção de papéis sociais que se conhece, presente em todo e qualquer tipo de sociedade. Lá compreendemos o fato de diferentes pessoas exercerem a mesma tarefa produtiva em diferentes lugares ou horas, como colher frutos em dois bosques diferentes ou por turnos alternados; o fato de pessoas diferentes exercerem tarefas imediatamente complementares, como o caso em que uns apanham os frutos e outros juntam, um faz as covas e outro lança as sementes; ou tarefas não imediatamente complementares, como uns caçarem e outros plantarem; ou um dirigir o trator e outro plantar. À medida que a sociedade se torna mais complexa, porque o número de funções e papéis a representar se multiplica, vai-se perdendo a noção dessa complementariedade. E nasce o mito do homem que "se fez sozinho": é o homem que acredita que não deve a ninguém o seu sucesso, ou sabedoria ou experiência. De fato, que relação parece ter um trabalhador rural, que não conhece calçado, com um operário que

trabalha em fábrica de sapatos? Como não se vê relação imediata, a tendência é de se crer que não há relação alguma.

O Brasil tem seguido algum tipo de política econômica consciente e mais ou menos planejada, há pelo menos dez anos. No entanto, só no momento em que uma política econômica produz resultados visíveis imediatamente (desemprego, perda do poder de aquisição de bens e serviços por parte dos assalariados, etc) é que se passa a ter consciência, coletivamente, da relação entre uma política e o dia a dia de cada trabalhador. No entanto, essa relação sempre existiu e mesmo o fato de não se ter uma política econômica, conscientemente definida, produz também seus frutos para cada cidadão. A complexidade das interrelações sociais faz com que se perca, cada vez mais, a noção da divisão do trabalho e, conseqüentemente, de sua função social.

Quanto mais complexa a sociedade, quanto maior o número de funções e papéis diferentes a cumprir e representar, maior se torna a dependência do homem do fruto social do trabalho. Numa sociedade baseada no extrativismo, isto é, cuja subsistência se baseia na apanha de consumo produzidos pela natureza, é bem mais possível que cada um seja capaz de executar tôdas as funções necessárias à própria subsistência. Já o mesmo não acontece em uma sociedade complexa como a nossa em que ao mesmo tempo, cria novas necessidades para os homens e as satisfaz. Em uma cidade, um homem que não aceitasse qualquer tipo de relação social com os outros homens (e portanto não comprasse, não vendesse, não trocasse, não pedisse), primariamente não teria casa nem roupa. E teria grande dificuldade para fabricar uma linha, ou andar muito até encontrar uma árvore, ou qualquer planta, que não tivesse sido plantada ou cuidada por outro homem. Mesmo que não se tratasse de um homem de cidade, o problema não seria menor, pois o mínimo a dizer seria que êle, certamente, usaria os conhecimentos adquiridos dos outros e transmitidos por êles.

2.2 Cooperação

Essa divisão do trabalho nada mais é, portanto, que um tipo de cooperação. A cooperação é o fenômeno de interrelação social que, como vimos acima e nos itens relativos à comunicação, está na base mesma da vida humana. Ela pode ser mais ou menos evidente e mais ou menos obscura, mas está sempre presente. Sabemos, no entanto, que se tôda cooperação é, de alguma forma, consciente (implícita, subentendida) ela pode não ser explícita (claramente expressa), para tôda sociedade em todo momento. Da mesma forma, tôda sociedade é organizada e tôda organização é igualmente consciente (embora nem sempre explicitamente). Vimos, no entanto, como é fácil "perder-se", em uma sociedade cada vez mais complexa como a nossa, a presença dessa cooperação e dessa organização, ante cada consciência.

De alguma forma, pode-se, portanto, dizer que tôda cooperação é de algum modo organizada. Por isso, quando dizemos que há cooperação não organizada e que temos como objetivo a cooperação organizada, é

preciso que saibamos exatamente o que queremos dizer, para não cometermos engano.

É freqüente, como vimos, que a dependência social do homem não esteja explícita em determinados momentos ou setores de uma sociedade. Vimos, por exemplo, como é comum a idéia do homem que "se faz só zinho" e temos notícia da importância decisiva que cada grupo atribui à sua própria função na sociedade. Uma frase muito comum refere-se às "classes produtoras" quando há um pronunciamento, ou atividade qualquer, que reúne apenas donos de grandes empresas e não todas as pessoas que produzem. E, ao mesmo tempo, supõe que haja classes que não produzem, o que, pelo menos, é difícil de aceitar sem que se determine de que tipo de produção se está tratando. Da mesma forma é comum a referência às classes trabalhadoras, quando sabemos que trabalho é toda ação humana, como já foi visto no item 1.2 da II Parte desta Fundamentação.

Isso tudo provém de uma compreensão incompleta da profunda inter-relação social que liga os homens, e, às vezes, do esquecimento em que caem os objetivos e as funções que deram origem e determinam os tipos de comportamento, ficando apenas estes últimos. É o que aconteceu, por exemplo, com danças ou festas folclóricas, sendo o caso mais gritante o do carnaval, cuja relação com a Quaresma parece hoje mera coincidência.

Com as formas clássicas de cooperação acontece a mesma coisa. Os objetivos podem perder-se no esquecimento e apenas permanecerem formas de comportamento, nem sempre muito compreensíveis. E isso torna fácil percebermos como não é só o esquecimento dos objetivos, mas também o de aspectos fundamentais de organização da cooperação que levam a que certos comportamentos não produzam os frutos que seria necessário produzir. Cooperação não organizada, é portanto, a cooperação onde os objetivos não estão claramente determinados e onde os meios para atingi-los não são eficientemente escolhidos. Chamaremos, ao contrário, de cooperação organizada aquela em que seus participantes determinam os objetivos e escolhem os meios mais eficientes e adequados para atingi-los.

Existem múltiplas formas de cooperação não organizada na vida do nosso homem rural. O mutirão é a forma mais difundida e, possivelmente, mais complexa de cooperação no meio rural. Existe em todo o Brasil com nomes diversos (ver a Justificação de "Viver é Lutar"). Consiste, essencialmente, em um trabalho voluntário feito por várias pessoas, para atender a uma necessidade específica, geralmente de uma pessoa ou família, que paga com comensal e bebidas. Pode ser pedido pelo interessado ou de iniciativa de outros, quando toma o nome de troca. Em alguns lugares, é sempre uma iniciativa do patrão ou proprietário, que paga com farta distribuição de bebidas. Como está, portanto, comumente associado à festa que o interessado promove no fim da jornada, em alguns lugares a palavra ficou como sinônimo de festa.

A troca de dias é também muito comum e consiste numa troca de dias de serviço entre diferentes pessoas ou famílias. Um agricultor

pede a um grupo de amigos ou conhecidos para ajudá-lo em determinada tarefa e os paga em outros tantos dias de serviço.

Um aspecto importante do desenvolvimento do Programa é justamente o levantamento, a descrição e a crítica dessas formas de cooperação. Com relação a essas formas, podemos observar o seguinte:

1ª) quanto aos objetivos,

- é importante que eles se tornem bem claros, que as comunidades saibam que estão cooperando organicamente e não nos esquecermos de que, em alguns lugares, mutirão é sinônimo de festa e só isso;

- é necessário conscientizar-se de que a cooperação é fenômeno indispensável à vida social e que ela é constante e não ocasional; isso terá importantes conseqüências quanto aos meios de realização concreta de atividades cooperativistas;

- tanto o mutirão quanto a troca de dias guardam um aspecto decisivamente individualista, pois há ajuda mas cada um tem a sua própria produção e seus próprios problemas; é evidente que se o mutirão fosse até a fase da comercialização dos produtos, atingiria melhor seus objetivos; essa noção é muito importante para um conceito de comunidade enquanto participação e um fim comum; mesmo que só economicamente, a exploração em comum dos meios de produção traria enormes benefícios, usando-se o mesmo princípio do mutirão: "muitos fazem em um só dia o que um só não faz em muitos dias".

2ª) quanto à eficiência dos meios,

- a troca de dias é mais eficiente do que o mutirão no aspecto de "paga"; embora ambos sejam trabalho voluntário, onde não "corre dinheiro", ambos são pagos, um com comos e bebes e outro com trabalho, o que compensa realmente melhor; é evidente que um sistema de "troca de mutirão" seria muito mais econômico e produtivo para todos, do que comida e bebida que se consome num só dia;

- ambos são iniciativas isoladas, que podem, muitas vezes, se chocar e podem também ficar ao sabor de simpatias ou antipatias pessoais; a eficiência certamente aumentaria se fossem iniciativas coletivamente consentidas;

- geralmente, ambos aparecem quando há "necessidade", isto é, um plantio atrasado ou perdido, doença, etc., e o prazo não permite que uma só família dê conta de tudo; se o sentido de cooperação estiver bem claro, é fácil compreender que uma previsão, poderia atenuar os casos de necessidade como aumentar o rendimento do trabalho para todos.

Evidentemente, essas observações não são completas mas apenas sugestões para uma análise a ser empreendida pelas equipes e pelas comunidades.

É importante frisar que a ação educativa visando a organização é multiforme e tem de adaptar-se às condições e motivações de cada comunidade. Não é a finalidade de um tipo de ação cooperativista que

a define como mais eficiente na educação para uma cooperação organizada. Muitas vezes, somos levados a desprezar alguns tipos de organização de recreação, visando finalidades mais "altas". Um time de futebol com diretoria organizada, da qual todos os sócios participem ativamente, tomando decisões coletivas, discutindo em comum problemas do time, pode ser mais eficiente para a organização política de uma comunidade do que um comitê político do qual só participam alguns "líderes".

Tendo sido feito um levantamento pela comunidade das atividades de cooperação organizada nesta, o aspecto de meios concretos de que trata o programa pode ser explorado através da escolha de um tipo de atividade que a comunidade considere importante, ou que precise de reformulações mais urgentes. É claro que esses meios concretos de organização não podem ser generalizados e que não são eficientes se tratados só teoricamente. Só a prática é que suscitará esses meios, que serão mais bem assessorados pela supervisão do que através da programação de aulas.

Toda organização ou ação organizada tem alguns aspectos essenciais que não estão, necessariamente, presentes em qualquer momento ou atividade, mas que devem ser alcançados, sendo, por isso mesmo, os objetivos da assessoria educativa do LEB neste nível:

- os fins da organização, ou objetivos gerais que se definem em uma tendência ou aspiração do grupo que dela participa, mas que se devem tornar, com o tempo, conscientes e claramente distintos (por exemplo, no caso de um clube de futebol, a diversão);

- os objetivos específicos, isto é, aquilo que, concretamente, se pretende alcançar dentro de um determinado prazo ou período, ou em cada atividade programada (por exemplo, realizar um torneio ou construir a sede do clube);

- um plano ou, pelo menos, uma previsão de atividades que, dentro do prazo ou período determinado, deverá levar aos objetivos propostos (um leilão em tal data, um jogo com ingresso pago em tal data, um mutirão em tal data, para construir a sede do clube);

- uma divisão de funções, que ir-se-á caracterizando melhor com o correr do tempo mas que se deve procurar definir para evitar conflitos;

- um mecanismo para as decisões, que deve ser, desde o início, determinado ainda que venha, com o tempo, a sofrer modificações.

Esse aspecto formal de organização, pode ser objeto de aulas "teóricas", na base de relato de experiências de outras comunidades. Pode-se relatar como funciona o clube tal, como é escolhida a diretoria, como se planejou determinada atividade, etc., sem cair em risco imediato de massificação. Não é preciso frisar que as experiências devem ser múltiplas e diferentes para evitar o argumento de autoridade.

2.3 Associativismo

Desde o momento em que o Homem, num passo decisivo de sua evolução, "soubes que sabia" - passo da reflexão - (Teilhard de Chardin), passou a se afirmar mais e mais numa perspectiva social. E à medida em que a vida em sociedade aumenta, contrariamente ao que muitos pensam também aumenta a chance do homem se afirmar mais profundamente como ser pessoal, original. Neste sentido, a vida social não se constitui apenas da soma dos indivíduos, mas a integração dos homens numa vida comunitária que tende a se tornar cada vez mais universal. É o fenômeno que João XXIII considera tão bem com o nome de "socialização". E o termo socialização, tal como o emprega o Papa, não se refere apenas a um regime jurídico de bens, mas a um processo histórico sócio-cultural global, onde as comunicações físicas são mais frequentes, e maior o acesso aos inumeráveis bens comuns ou comunicáveis, da humanidade, tais como a informação, a educação a cultura. (J.Y. Calvez *Eglise et Société Économique e L'Enseignement Social de Jean XXIII - Éditions Montaigne, Paris - Cap. I*).

É importante notar, sobretudo, que João XXIII não toma o fenômeno de socialização como algo que resulta apenas do desenvolvimento das técnicas, das ciências, do progresso da produtividade, etc., mas o considera como "o fato do homem". (J.Y. Calvez). Assim, dentro da socialização crescente, o fenômeno "associativismo" não é algo de exterior apenas ao homem, mas decorre também de sua natureza mais íntima, do seu "ser". Quando os homens se associam, não é apenas em função de um objetivo externo fixado (para um mutirão, por exemplo), mas é também um movimento de sua crescente evolução. É próprio do homem a "tendência natural e quase incoercível" para a vida social. (João XXIII). E historicamente, ele tem respondido a essa tendência com as mais variadas formas de associação, desde o plano internacional, até aos pequenos grupamentos. Exemplo disso são as várias organizações internacionais, os partidos políticos, as sociedades recreativas, esportivas, culturais, as associações de classe, as associações profissionais, os sindicatos, etc.

Não se pode no entanto - e isso é importante - atribuir o surgimento de formas de associações somente à tendência do homem para a vida social. Há uma estreita interação dessa tendência com o progresso da técnica, das ciências, dos meios de comunicação. Estes fatores trazem, de maneiras mais diversas, solicitações para a intensificação da vida social e do associativismo. É o caso por exemplo, de fábricas, usinas, indústrias que surgem e exigem um certo volume de mão de obra, que leva um grupo de indivíduos a se aproximar, a estar fisicamente em contato contínuo, assim, como sua união em torno de determinadas reivindicações (ex: sindicato que luta por aumento de salários, ou por mudança de estruturas, etc.). Outro exemplo disso é o aparecimento de colonização agrícola, que leva camponeses, saírem de uma dispersão geográfica e se concentrarem, passando a uma vida social mais intensa, formando também, às vezes, cooperativas, clubes esportivos, sindicatos, etc.

Mas, por outro lado, é preciso considerarmos que, por sua vez, o progresso da técnica e das ciências, bem como dos meios de comunicação, não surgiram de um determinismo cego. Embora não sejamos sempre senhores das forças e das leis da natureza, o que muitas vezes nos aparece como um determinismo, como uma necessidade exterior apenas, é fruto de gestos já colocados pelo homem. "É fruto da humanização mesma, da natureza, à qual nos entregamos para exprimir nossa liberdade". E de resto, "é possível ao homem novamente modificar o determinismo que seus próprios gestos criaram. (Ver J.Y. Calvez, obra citada).

Outro ponto a considerar aqui é o papel do Estado e a sua crescente intervenção em assuntos de interesse da coletividade. Muitas vezes, a discussão deste ponto leva a posição que em nada corresponde à verdadeira dimensão da questão. Assim, uns defendem apaixonadamente a intervenção total do Estado, ao passo que outros rejeitam qualquer tipo de intervenção, havendo ainda um número ponderável que aceita a intervenção moderada. Entretanto, o ponto central da questão não é se o Estado deve e pode intervir, mais, ou menos. É importante não considerar a crescente intervenção como um determinismo absoluto. J.Y. Calvez, interpretando o pensamento de João XXIII a esse respeito, elucida a questão de maneira simples e precisa: "o papa vê nesta intervenção um resultado, ou ainda um sinal - um índice - da socialização em curso, antes que uma causa. Logo, se a intervenção do Estado é uma resposta a certas exigências de socialização, é também algo de profundamente ligado ao tempo e ao espaço, é um fenômeno situado, histórico, não podendo existir "receitas" universais e perenes a este respeito.

A consideração desse ponto, é importante, para o trabalho de compreensão e análise crítica da presença do Estado nas questões ligadas aos movimentos de associação e luta dos trabalhadores.

Inúmeros tem sido os pronunciamentos, textos, leis que consideram a importância do associativismo, em suas várias formas, reconhecendo-o como um direito. Eis alguns dos mais conhecidos:

"Todo homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses". (Declaração dos Direitos do Homem, art. 23§4).

"É garantida a liberdade de associação para fins lícitos. Nenhuma associação poderá ser compulsoriamente dissolvida senão em virtude de sentença judicial". (Constituição Brasileira, art. 141§12).

"É livre a associação profissional ou sindical, sendo reguladas por lei a forma de sua constituição, a sua representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas pelo poder público". (Constituição Brasileira, art. 159).

"Na época moderna, aumentou notavelmente o movimento associativo dos trabalhadores e foi reconhecido, em geral, nas disposições

jurídicas dos Estados e até no plano internacional..."

"Não podemos todavia, deixar de notar como é útil, ou até necessário que a voz dos trabalhadores tenha possibilidade de se fazer ouvir e atender, fora mesmo de cada organismo produtivo e isto em todos os níveis". (H.I.94).

"Da sociabilidade natural da pessoa humana, provém o direito de reunião e de associação bem como o de conferir às associações a forma que aos membros parecer mais idôneas à finalidade em vista, e de agir dentro destas por conta própria e risco, conduzindo-os aos almejados fins" (P.T.23).

NOTA: O que foi dito acima é relativo a textos legais e pronunciamentos do Papa João XXIII. No entanto, existem ainda outras referências, entre as quais, as muito discutidas de Marx.

Sindicalismo: uma forma de associação

Uma forma de associação considerada importante, é o sindicalismo, surgido após a Revolução Industrial. Vários movimentos significativos de trabalhadores, em muitos países, nasceram ou se desenvolveram a partir do sindicalismo.

No Brasil, o sindicato foi criado nos moldes do sistema sindical do facismo italiano, principalmente, e é extremamente ligado ao Poder Público. Toda a vida sindical é prevista por lei. A lei estabelece os requisitos, desde para a fundação e funcionamento do sindicato, até os fins, prerrogativas e deveres. A liberdade dentro do sindicato então, é a liberdade que a legislação sindical permite e prevê. Outra particularidade do sindicalismo brasileiro é a verticalidade: sindicatos, federações, confederação - para cada categoria (as categorias também são previstas pela lei). Não é permitido que categorias sindicais diferentes se coordenem, numa horizontalidade. Assim, se os sindicatos dos metalúrgicos e dos ferroviários, por exemplo , quisessem se coordenar, seria impossível (dentro da legislação sindical brasileira). Cada categoria deve (do ponto de vista da lei sindical) desenvolver suas atividades sindicais isoladamente.

É necessário observar que tal estrutura sindical, tão enfeixada na mão do Poder Público tirando muito da necessária autonomia dos sindicatos, dando fórmulas padronizadas de funcionamento, pode transformá-los num instrumento da classe dirigente, apenas, além de não dar oportunidades de se desenvolver plenamente a capacidade dos sindicalizados e seus dirigentes, de "criarem" algo de próprio dentro do sindicato. Daí a necessidade dos dirigentes sindicais serem realmente a expressão da classe, quer dizer, serem pessoas que estejam prontos a trabalhar realmente no sentido das aspirações da classe. Para isso, é necessário que se tenha consciência do que é e do que pode ser o sindicato, como órgão verdadeiro de promoção.

Sindicato rural

Há disposições legais mais ou menos antigas, a respeito da sindicalização rural no Brasil. Entretanto, foi principalmente a partir de 1962, que o assunto tomou vulto e começaram a surgir várias disposições simplificando a formação dos sindicatos rurais, processamento e expedição de cartas sindicais.

Dentre as várias disposições (*) as que não só sintetizam a matéria já regulada, como apresenta aspectos novos, são:

- Lei nº 4.214, de 2/3/1963 - Estatuto do Trabalhador Rural, publicado no Diário Oficial da União, em 18/3/63.
- Portarias nºs. 346 e 347, de 17/6/1963- Regulam a Organização e o Reconhecimento de Entidades Sindicais Rurais .

Sindicato: O Estatuto do Trabalhador Rural, art.114, estatui: "É lícita a associação em sindicato, para fins de estudo, defesa e coordenação de seus interesses econômicos ou profissionais, de todos os que, como empregados ou empregadores, exerçam atividades ou profissão rural".

Vemos então, que de acordo com a própria lei, as finalidades do sindicato são amplas, não se reduzindo ele a mero instrumento de reivindicação de assistência social e algumas melhorias econômicas. Para que ele cumpra todas as suas finalidades, tem que ir muito além. Basta ver que cumpre-lhe também a defesa de interesses profissionais; defender interesses profissionais não é só conseguir empréstimos para plantio, melhor maquinário para produção, enfim, melhores condições de trabalho, mas é sobretudo, fazer com que o trabalho não seja reduzido a um mero fator de produção, mas seja considerado como a forma por excelência, de expressão humana. Para conseguir isso, o sindicato tem que se ocupar, por definição, com a tarefa de destruir toda forma de exploração do trabalho humano. Convém notar que nem sempre o aumento de produção corresponde a uma verdadeira promoção do trabalhador como pessoa.

NOTA: Para uma visão completa de fundação, processamento e funcionamento do sindicato, ver Leis e Portarias mencionadas, principalmente a nova Portaria nº71 de 2/2/65, que, de certa forma, regulamenta os artigos 115 e 116 do Estat. do Trab. Rural. Diga-se de passagem, que esta Lei, além de dificultar a fundação de sindicatos, fragmenta demais a classe trabalhadora rural, criando dentro dela inúmeras categorias distintas.

-
- (*) Lei delegada nº 11, de 11/10/1962
Portaria nº 355-A, de 20/11/1962
Portaria nº 356-A, de 21/11/1962
Portaria 209-A, de 25/6/1962

Estatuto do Trabalhador Rural: Até a data da criação do Estatuto, o camponês estava excluído, da legislação trabalhista (excetuando o que diz respeito à possibilidade de sindicalização). O art. 7º da Consolidação das Leis do Trabalho, que estatui as questões trabalhistas, no parágrafo "b" coloca os camponeses fora dos seus possíveis benefícios. Com a criação do Estatuto, houve uma primeira consideração a certos aspectos da vida do trabalhador rural.

Como é fácil notar, o Estatuto é quase uma transposição da legislação urbana para o meio rural, embora sejam duas realidades bem diversas. A própria definição que êle dá de "trabalhador rural" (art. 2º), é imprecisa e se presta a várias interpretações, de acordo com vários interesses.

Mas, mesmo assim, inadaptado, há pontos considerados importantes. É o caso principalmente dos artigos: 11 - cria a Carteira Profissional de Trabalhador Rural; 63 - dispõe sobre o contrato de trabalho (que poderá ser feito na própria carteira profissional); 151 - cria um Conselho Arbitral. Além desses artigos, é considerada também importante, toda a disposição sobre sindicalização.

É nosso papel, como movimento que pretende ser educativo, através de todos os meios e recursos com que contamos, levar as comunidades a perceberem o fenômeno do associativismo como inerente à própria vida humana, e motivar a intensificação consciente e deliberada de formas de associação que possam responder às necessidades percebidas a partir de uma visão crítica do papel do homem no mundo.

Isso, no entanto, não quer dizer que devemos incentivar e motivar determinadas formas de associação. O nosso papel a esse respeito, é o de informar o que existe, as características de cada uma e prestar a assessoria cabível diante da escolha da comunidade, que poderá inclusive, criar formas novas de associação.

2.4 Cooperação Econômica

Teoricamente, a economia de mercado ou capitalismo repousa numa troca de serviços e bens entre dois tipos de grupos: as unidades econômicas produtivas ou empresas nas unidades econômicas de consumo ou familiar. As famílias prestam serviços às empresas recebendo pagamento e as empresas produzem bens e serviços para o consumo das famílias e recebem em troca pagamento. Embora esse esquema seja muito abstrato e seja só um esquema, serve para nos mostrar como está distanciada disso a vida do homem rural. Nesse esquema, a família só é solidária no consumo, mas não na produção, pois é fácil imaginar como raramente as pessoas de uma mesma família ou que tenham despesas em comum produzam em comum. Mesmo que trabalhem em uma mesma empresa, na mesma seção e na mesma sala, o produto final da empresa (aquilo que é comercializado, vendido às famílias) absolutamente não depende delas. Seus ganhos também, ou são decididos pela empresa ou dependem de decisões coletivas (aumento de salário mínimo, dissídios coleti-

vos, etc.) e muito raramente têm qualquer relação com sua produtividade ou capacidade de trabalho. Na economia da produção, portanto, mesmo os membros de uma família não são solidários, são indivíduos isolados, cada um por si. A idéia de atividade econômica comunitária dependeria, portanto, no meio urbano, de toda uma mudança de estrutura de hábitos e atitudes individualistas.

Não acontece o mesmo na vida rural. Via de regra a família se constitui em unidade de produção e consumo o que equivale a dizer que já existe algum tipo de empresa comunitária, para usar o esquema a que acima nos referimos. Trata-se, portanto, não de fazer surgir um valor inteiramente novo, mais de ampliar o raio de alcance da "empresa" comunitária que é a família. Outro valor positivo e que pode ser carregado nesse sentido é o mutirão. Embora se deva afastar qualquer idéia poética, lírica, de mutirão como trabalho sem paga, o mutirão e a troca de dias são indícios concretos de que a competição econômica nas comunidades rurais não é consciente nem atinge a agudez que apresenta na cidade. O mutirão, mesmo pago, a troca de dias, mesmo sendo troca, mostra que não está presente a idéia de que o sucesso de um depende do insucesso de outro. E de fato, a competição econômica no campo não se faz de meiro a meiro, mas entre o produtor e o interno diário e por aí adiante.

Outro aspecto importante da atividade econômica do homem rural é que ela não visa, de modo geral o lucro, mas a subsistência; por isso a noção de que a propriedade deve ser usada para o bem de todos e não para o lucro individual, não encontra as mesmas resistências que encontraria entre empresários cuja atividade econômica se fundamenta no lucro. A empresa comunitária, isto é, a organização comunitária da produção econômica é, portanto, aparentemente viável. Trata-se de saber quais as noções que são fundamentais para tal empreendimento:

1º) O problema da posse e do uso da propriedade. É fundamental o conceito de que a posse está condicionada ao uso da propriedade e que isto, não é um direito absoluto, mas tem uma função intrinsecamente social (MM.116).

2º) O problema do valor do trabalho. Esse problema foi tratado na Fundamentação de "Viver é Lutar" e se encontra, também, no item 1.2 da 2ª parte desta Fundamentação. Mas há alguns aspectos que nos interessam diretamente neste caso. A aplicação concreta dos princípios ali discutidos, leva-nos à conclusão de que não pode haver comercialização do trabalho enquanto tal. Isto é, não há, nem pode haver hipótese de medir-se o trabalho em termos de dinheiro, já que o trabalho tem valor transcendente. Isso é importante para as tomadas de decisões sobre a divisão do produto do trabalho. Esta não pode ser somente proporcional à posse dos instrumentos de produção pois, como vimos, a posse está subordinada ao uso para o bem de todos. Por outro lado, não pode ser também somente proporcional à quantidade de trabalho, já que o valor realmente humano do trabalho não pode ser quantificado somente em sua aparência. O item seguinte pode esclarecer-nos melhor.

3º) O problema da solidariedade da espécie. Vimos, quando estudamos o problema da comunicação que fundamenta o progresso da história humana, que cada indivíduo não pode realizar plenamente a essência da espécie humana e que portanto os homens e todos são solidários nas conquistas e nos erros da humanidade. Essa mesma doutrina é confirmada no plano sobrenatural pelo conceito de comunhão dos santos. Sabemos, por outro lado, que o homem não pode sucumbir ante as carências sensíveis (alimentar-se, proteger-se do frio), e que quando isso acontece, cada um de nós é solidário na culpa. Isso leva a que a sociedade deve prover as oportunidades para que cada homem satisfaça essas necessidades que são direitos fundamentais do homem.

Em suma, o problema central de uma atividade econômica de tipo comunitário, é o do reconhecimento no plano do trabalho. Como vimos no item próprio, a comunicação entre os homens pode fazer-se por dominação ou por reconhecimento. Mas esse reconhecimento não pode ser teórico, abstrato, tem que concretizar-se em cada ação humana. O reconhecimento do outro no plano do trabalho é o que se coloca em plano mais elevado, já que nada há de mais nobre e essencialmente humano do que o trabalho.

NOTA: Para um exame de outros problemas levantados por uma empresa comunitária, pode-se ver Fr. João Batista Pereira dos Santos O.P. UNILABOR, Uma Revolução na Estrutura da Empresa, Livraria Duas Cidades - São Paulo.

2.5 Ação Política

Pode-se definir a ação política de várias maneiras. Uma antiga definição do homem diz mesmo que ele é um animal político o que equi- valeria a identificar a ação política com toda ação humana. Santo Agostinho via o fim da ação política assim como o da guerra na Paz, definindo a Paz como a satisfação dos interesses da cidade. É claro que com isso a Paz de uma cidade poderia ser imposta a outra, isto é, a satisfação dos interesses de uma Sociedade ou grupo pode ser imposta a outra Sociedade ou a outro grupo. Modernamente, define-se a ação política como aquela que procura conduzir a sociedade na busca do bem comum. Atualmente, tem-se definido também a ação política como aquela que busca utilizar o poder do Estado para atender ao bem da Sociedade. Essa função do Estado, ela mesma mudou da época do liberalismo até hoje. Acreditando-se que as leis sociais e econômicas eram "naturais" defendia-se a tese de que ao Estado caberia apenas proteger as liberdades individuais, não intervindo especialmente na produção e no consumo. A essa visão sucedeu, com o advento do socialismo e das lutas sindicais, a concepção de um Estado do Bem Estar Social. A concepção naturalista e liberalista já não é defendida como tal e o que se discute é o grau de intensidade da intervenção estatal na vida pública. Mesmo nos países onde o antigo liberalismo é tese oficial - embora defendido em formas atenuadas (neo-liberalismo)

como nos Estados Unidos e no Brasil, a intervenção estatal é uma realidade. Assim, nos Estados Unidos, por exemplo, a diplomacia é, também, uma forma de defesa dos interesses comerciais dos empresários norte-americanos no exterior. No Brasil, os organismos estatais exercem influência não só na economia como nos conflitos sociais. Mas, tanto lá como aqui a intervenção é feita apenas para proteger uma estrutura.

Vê-se, portanto, que a controvérsia está na intensidade e no tipo de intervenção do Estado. A ação política seria um meio de fazer valer êste ou aquêle tipo de intervenção do Estado no sentido do Bem Estar Social; de definir dêste ou daquêle modo o Bem Estar Social; de determinar desta ou daquela forma o modo de conseguí-lo.

Ao mesmo tempo fica claro que não tem sentido definir-se a ação política em termos de ideais mais ou menos abstratos, como uma luta de idéias na qual se empenha apenas a inteligência dos políticos e das Nações.

Vimos atrás, por exemplo (item 2.4) como o esquema clássico da economia separa dois tipos de unidades econômicas, a de produção e a de consumo; na economia de mercado ou capitalista, o fluxo de riquezas, que vai das emprêsas em pagamento do trabalho às famílias e que volta às emprêsas em pagamento dos bens e serviços prestados às famílias, o fluxo de riquezas, dizíamos é determinado pela lei do mercado; subindo o consumo de um produto, sobe o preço, o que estimula as emprêsas a produzirem mais até equilibrar com o consumo e estabilizar o preço; e diminuindo o consumo, desce o preço, desarticulando a produção até equilibrar com o consumo e estabilizar o preço. Mas dois exemplos servem para nos mostrar como isso na realidade é apenas teórico. Todos temos presenciado a sonegação de certos produtos com o fim de fazer subir artificialmente o preço (especialmente arroz, feijão e açúcar) e temos presenciado como certas emprêsas, através da propaganda criam necessidades absolutamente supérfluas para os consumidores (fabricação de bambolês, cosméticos, etc.) em que a lei de mercado é invertida. Não é a emprêsa que produz para atender à procura do consumidor, mas que faz nascer a procura do consumidor para vender o que já produz.

Teóricamente, por outro lado, a economia socialista estatal se basearia não na lei de mercado, mas nas decisões de um organismo central de planejamento que pesquisaria as necessidades de consumo e determinaria o sentido da produção. Vemos também que, de um lado nem mais a União Soviética adota atualmente ôsse sistema puro e que é perfeitamente possível um país ter sua economia completamente planificada sem deixar de ser capitalista. O Brasil, por exemplo, marcha a passos largos para ser um perfeito exemplo deste último caso. Isso equivale a dizer que a controvérsia fundamental em que se debatem as forças e grupos que exercem ação política não está mais em se saber se o Estado deve deixar a vida econômica e social ao sabor das leis "naturais" ou se deve, ao contrário, intervir planificando-as, e nem mesmo só na intensidade dessa intervenção. Está no tipo ou modo como se dá essa intervenção. Se voltarmos à conceituação de Santo Agostinho a

que nos referíamos acima, e se a função da cidade é garantir a Paz, de que Paz se trata? trata-se da Paz que melhor atenda a toda a Sociedade; Quanto a isso ninguém discorda expressamente. Todas as linhas políticas de todos os grupos de ação política concordam com isso. Mas, na prática, de que modo encaram uma ação política que leve a essa Paz de toda a Sociedade e não à Paz de uma Cidade (ou de um grupo) imposta a outra?

O esquema abstrato (item 2.4) que divide a vida econômica das Nações em unidades produtivas (as empresas) e unidades de consumo (as famílias) é, para uns, tomado como real. Daí se deduz que ao Estado cabe garantir a melhor funcionalidade possível às empresas para que possam atender às necessidades de consumo das famílias que constituem a Nação (embora seja um esquema econômico, é válido porque nas necessidades de consumo estão compreendidos os bens e os serviços, e nesses últimos se incluem os serviços que dizem respeito à cultura, à diversão, à distribuição da justiça, etc). Daí se conclui que a Paz de que se trata é a Paz das empresas. Sabemos, por exemplo que a pedra angular de nosso regime político, assim como de todo o mundo sob a esfera de influência americana é a iniciativa privada, isto é, a liberdade das empresas privadas. Isto significa caber ao Estado garantir fundamentalmente o bom funcionamento das empresas privadas e o resto será dado de acréscimo. Qual o sentido de empresa privada se a sua finalidade é atender às necessidades de consumo das famílias (seja esse consumo de alimentos ou de educação). O sentido é o de que, aqueles que possuem capital (bens materiais) para manter ou criar empresas deve ser garantida uma remuneração correspondente ao emprego desse capital (desse bens materiais: terras, instrumentos, dinheiro). Todo o Sistema repousa, portanto, na motivação do lucro por parte dos que possuem bens materiais. E como a satisfação das necessidades de toda a Sociedade depende do que produzem as empresas, atribui-se uma identidade entre os interesses da Nação (de que cuida o Estado) e o estímulo às empresas para que produzam. Em última análise, a organização política econômica e social da Nação, que é tarefa do Estado primordialmente, será, uma racionalização da melhor maneira de estimular o lucro, isto é, a remuneração do capital. A maneira de atender ao bem comum seria, portanto, em última análise, garantir a melhor forma de funcionamento das empresas privadas, o que se identifica com a melhor maneira de estimular o emprego das propriedades (de bens de maneira geral: terras, instrumentos, dinheiro).

Vemos que tal visão é herdeira, de certo modo da visão naturalista e liberalista da vida social embora tenha mudado, de certo modo o papel do Estado.

Esta visão, no entanto se choca com outras visões políticas. Ficou demonstrado que a intervenção do Estado se faz necessária na vida da sociedade. Aham alguns, portanto, que é preciso fazer sérias restrições à absoluta liberdade das empresas, mesmo para garantir-lhes o melhor funcionamento. Uma das razões é a de que o bom funcionamento das empresas exige restrições para que umas não prejudiquem às outras: é o caso das grandes empresas, dos monopólios, etc., que têm possibi-

lidade de destorcer o mercado. Outro problema é o do bem estar das famílias enquanto prestam serviço às empresas, isto é às classes proletárias. Argumentam que o sistema de mercado deixado a si mesmo remunera mal o trabalho de tal forma que, de um lado, o consumo não pode ser muito grande e portanto as empresas não podem se expandir; de outro lado, isso leva a insuficientes condições de vida, o que determina uma baixa produtividade, isto é, os serviços prestados às empresas são de má qualidade se forem más as condições de trabalho. Como os empresários não são sempre capazes de perceber esses dois aspectos, ao Estado caberia prover uma regulamentação que, ao mesmo tempo desse maior poder de consumo ao proletariado e lhes desse melhores condições de trabalho para poderem produzir melhor. Dessa concepção resultariam leis trabalhistas que garantissem um mínimo de segurança aos operários e de participação nos lucros das empresas, que lhes garantiriam aumento do poder de aquisição de bens e serviços. Nessa mesma linha estariam previstos os serviços não imediatamente remunerativos e que propiciariam igualmente o bem estar indispensável ao aumento da produtividade, como os serviços de educação, saúde, transportes, etc.

O problema pode, ainda, ser colocado de outra maneira. O trabalho e conseqüentemente todos os seus frutos, o domínio da terra, a criação de instrumentos, a produção, é uma conquista da espécie humana, ao mesmo tempo que de cada homem. Quando um homem se apossa privadamente (usando para seu benefício exclusivo ou maior) do fruto do trabalho humano ele espolia os outros homens. O produto do trabalho de um homem é inalienável, isto é, não pode ser transferido a outro como simples coisa, porque não é só coisa mas é criação do homem e representa a sua vitória sobre a natureza. Os meios de produção (mesmo os naturais como a terra) são uma conquista da espécie humana, logo, têm que beneficiar a todos segundo sua condição de homem e suas necessidades e direitos como homem e não segundo acidentes históricos como o fato de alguém ter-se apossado primeiro de um pedaço de terra e outros não. Ou de alguém ter sido feito prisioneiro e escravo e outros não. Toda distinção, portanto entre os que possuem bens e os que não possuem e trabalham para os primeiros, teria origem na dominação de um homem sobre outros que historicamente se deu e continua a dar-se. De um lado, os que têm posse e usam em seu benefício em detrimento dos outros, se alienam (ou tomam outra coisa, isto é, se tornam uma outra coisa que não homens) por não reconhecerem o outro como homem sujeito de plenos direitos e transformarem o trabalho em "coisa" e não criação humana. De outro lado, os que não possuem e trabalham para outros, vêem o fruto de seu trabalho, que é uma parte deles mesmos, ser possuído por outro o que equivale a dizer que se alienam, se destituem de sua condição plena de homens.

O que se discute é, portanto, o próprio sistema de posse e uso das propriedades, o próprio sentido de empresa. Os meios de produção, segundo esta concepção não podem ser objeto de posse e uso privado, devendo ser usado pela e para a Sociedade. Os meios concretos variam enormemente dentro dessa concepção, indo desde a posse total das propriedades pelo Estado, até a posse dos meios de produção pelos que com eles trabalham, e tendo seu uso regulado pelo Estado.

Essas linhas políticas, rapidamente expostas e esquematizadas trazem à baila novamente o conceito de Paz de um grupo. As duas primeiras representam nitidamente a Paz do grupo de proprietários de empresas, isto é, conforme vimos no item de organização social, a classe alta ou burguesa. Porque justificam uma Paz para toda a Sociedade centrada nos interesses da classe burguesa. A terceira linha política é centrada nos interesses de libertação das classes inferiores, de proletários e trabalhadores rurais. E isso nos traz o conceito de ideologia, que é uma justificação teórica, uma racionalização de interesses (entendido interesse em uma concepção bem ampla, não interesses materiais imediatos) de um grupo em uma determinada sociedade. Vemos agora por que a luta política não é uma disputa abstrata de ideais arbitrários mas um conflito de interesses dos grupos que formam a sociedade. Nós podemos notar facilmente que essas diferentes justificações se referem não à natureza, que o homem pode racionalizar objetivamente, já que a natureza pode ser objeto do conhecimento humano. Quando, no entanto, trata-se da ação humana esta não pode ser objetivada plenamente por tratar-se da ação de sujeitos que não estão subordinados a leis determinadas, pois na ação humana se inclui a opção livre, não pré-determinada. Por isso mesmo essa racionalização tende a explicar, para cada homem as suas próprias opções, o que significa as opções de seu grupo, de sua classe e assim por diante. Isso não quer dizer que essa justificação seja absolutamente subjetiva e não tenha validade a não ser enquanto justificação de interesses daquele grupo. Na medida em que o homem pode ter consciência de o que ele é e do que são as relações entre os homens, é claro que é possível uma generalização, é possível que essa justificação da ação humana possa ter alguma validade universal, na medida mesmo em que procure uma identificação maior com o valor próprio do homem (isto é, fundamenta-se em um humanismo) e se identifique menos com os interesses imediatos do indivíduo, da classe ou do grupo.

Se a ação política é uma ação ideológica, concluímos que a ação política não pode nunca ser ação isolada, individual. É necessariamente ação de grupo, ação organizada. Mesmo quem pretenda que pensa e age isoladamente em política, participa de alguma forma de uma faixa ideológica e de uma ação de grupo. Chegamos também a que a ação política, para ser eficiente, deve ser organizada.

A ação política organizada, legalmente, é atribuição dos Partidos Políticos, no Brasil. De fato, no entanto, toda ação humana comporta, implícita ou explicitamente, uma carga ideológica e portanto é de algum modo ação política. Um trabalho de Animação Popular, por exemplo, é ação política, enquanto encarna um objetivo de libertação cultural das populações marginalizadas e portanto de algum modo encarna a faixa ideológica das classes inferiores. Uma comunidade que se organiza age, da mesma forma, politicamente, assumindo uma ideologia implícita, isto é, não necessariamente expressa em termos de conceitos, princípios ou normas de ações. A ação política é, portanto, multiforme. Não será política somente por ter esse nome ou por visar diretamente eleições ou pressões sobre autoridades políticas. A compreensão deste fato deve chegar até às comunidades sem correr, no entanto, o risco de se minimizar a ação política, restringindo-a a atividades

no nível das comunidades. No nível da Sociedade, só tem sentido e consequência a ação política que caminha para ser ação global, visando a atingir as próprias estruturas da sociedade.

A distinção real, de base ideológica, que há entre as diversas linhas políticas, é a diferença de maneiras de encarar as estruturas da sociedade (como vimos no item sobre organização e dinâmica social, e vida das sociedades é a manutenção e mudança de suas estruturas). Na rápida esquematização que fizemos de diferentes tendências políticas, podemos notar uma que pretende manter pura e simplesmente as estruturas da sociedade. Outra, pretende aperfeiçoá-las para poder mantê-las, essencialmente como são. E ainda outra pretende alterá-las radicalmente. A organização da ação política (teoricamente, o que os Partidos fazem) exigiria, portanto, a conscientização de seus próprios objetivos: modificação ou manutenção de estrutura.

Trata-se portanto da perspectiva e não do tipo de ação. A participação das comunidades na ação política já se dá, mesmo que só por omissão. Para ser ação política organizada é necessária a conscientização de objetivos políticos e não um determinado tipo de ação, como por exemplo atuação em partidos. A cooperação organizada é um objetivo político na medida em que visa dar meios ao homem rural de assumir plenamente sua condição humana.

*

BIBLIOGRAFIA PARA APROFUNDAMENTO DO ITEM 2 DA II PARTE, DA FUNDAMENTAÇÃO.

1. Frei João Batista Pereira dos Santos, OP - UNILABOR - Uma Revolução na Estrutura da Empresa, Livraria Duas Cidades, 1962.
2. J.Y. Calvez - Église et Société Économique - L'Enseignement Social de Jean XXIII, Ed. Montaigne, Paris.
3. Joseph Folliet - L'Homme Social - Essai d' Anthropologie Sociale, Col. Je Sais - Je Crois, Librairie Artheme Fayard, 1962.
4. Georges Lefranc, Le Syndicalisme dans le Monde, Cl. "Que Sais-Je?" Presses Universitaires de France, 1961.
5. Estatuto do Trabalhador Rural.